



08 DE FEVEREIRO DE 2017

Quarta-feira

- PRODUÇÃO E CONFIANÇA DÃO SINAIS DE RECUPERAÇÃO NA INDÚSTRIA
- MONTADORAS PARAM PRODUÇÃO POR ATÉ UM MÊS
- SINDICATO FAZ ASSEMBLEIA NA GM EM SÃO CAETANO
- CURITIBA TEM A QUARTA MENOR INFLAÇÃO DE JANEIRO, COM 0,31%, SEGUNDO IBGE
- INDÚSTRIA DE SP RECUOU 21,1% EM 3 ANOS DE PERDAS, REVELA IBGE
- RELATOR DA REFORMA TRABALHISTA DEFENDE PREVALÊNCIA DE ACORDOS COLETIVOS SOBRE A LEI
- COMISSÕES DAS REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA SERÃO INSTALADAS NA QUINTA-FEIRA
- MAIA E MACRI DEFENDEM FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA
- LÍDER DO PSD QUER APROVAÇÃO DAS REFORMAS POLÍTICA, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA
- INTENÇÃO É SE MANTER FIEL À REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ CAETANO
- MARUN ADMITE REVER IDADE DE APOSENTADORIA NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- BANCOS ENDURECEM RENEGOCIAÇÃO E REDUZEM CRÉDITO PARA ENDIVIDADOS
- GOVERNO ESTUDA REDUZIR EM 10 ANOS A IDADE MÍNIMA PARA PROFISSÕES DE RISCO
- ARTIGO: REBALANÇEAR AS FINANÇAS PARA NÃO ERRAR
- ARTIGO: O QUE É A RESILIÊNCIA FINANCEIRA
- 35 BAIROS DE CURITIBA E RMC PODEM FICAR SEM ÁGUA. VEJA A LISTA!
- SUBSÍDIOS DA CONTA DE LUZ CAEM E TARIFA DO CONSUMIDOR TERÁ REDUÇÃO DE 2,03%
- COBRANÇA IRREGULAR DE ENCARGO DEVE ENCARECER CONTA DE LUZ EM ATÉ 6%
- MEIRELLES: GOVERNO TRABALHA PARA 'MAIOR ADEQUAÇÃO NO TAMANHO DO BNDES'
- GOVERNO ESTÁ ENVOLVIDO EM MEDIDAS PARA AUMENTAR PRODUTIVIDADE, DIZ MEIRELLES
- GOVERNO NÃO ADOTARÁ 'MEDIDAS VOLUNTARISTAS' PARA REDUZIR SPREAD, DIZ ILAN
- CUSTO DE VIDA TEM ALTA DE 1,04% EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, REVELA DIEESE
- VENDAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO PAÍS CAEM 8,9% EM JANEIRO, DIZ ABRAMAT

- PORTARIA DO MDIC ALTERA PROCEDIMENTOS SOBRE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR
- EM TENTATIVA DE ACORDO NO SETOR DE AUTOPEÇAS, TEMER RECEBE MAURICIO MACRI
- COBRE CAI COM FORTALECIMENTO DO DÓLAR
- INDÚSTRIA DO PARANÁ REAGE EM DEZEMBRO
- COMÉRCIO DO PR ESTÁ MAIS OTIMISTA
- PORTOS DO PARANÁ VÃO PRIORIZAR BAIXO CUSTO, COMPETITIVIDADE E ATENDIMENTO
- LUCRO DA RIO TINTO DISPARA COM ALTA DOS PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS
- INFLAÇÃO EM JANEIRO ACELERA PARA 0,38%, MAS É A MENOR PARA O MÊS DESDE 1994
- INDÚSTRIAS ROMI REVERTE LUCRO E PERDE R\$ 20 MILHÕES NO 4º TRIMESTRE
- EMPRESAS OFERECEM BENEFÍCIOS INCRÍVEIS E INCOMUNS A FUNCIONÁRIOS
- BOSCH CRIA ÁREA VOLTADA À MOBILIDADE ELÉTRICA
- GANHOS DA GM SE CONCENTRAM NOS ESTADOS UNIDOS
- IMPORTADORES TÊM QUEDA DE 47% EM JANEIRO
- DÉFICIT DAS AUTOPEÇAS SOMA US\$ 5,3 BI EM 2016
- IMPLEMENTOS COMEÇAM O ANO EM BAIXA
- GÜHRING APRESENTA SUA NOVA LINHA DE BROCAS
- EXPORTAÇÃO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO SUBIU 5,6% EM 2016, DIZ FIRJAN
- PWC VÊ BRASIL COMO A 5ª MAIOR ECONOMIA DO MUNDO EM 2050
- LUCRO DA GM DESABA NO QUARTO TRIMESTRE
- RECUPERAÇÃO INESPERADA DO SETOR DE MINERAÇÃO DEVE BENEFICIAR INVESTIDOR
- PARANÁ AUMENTA EM 11% NÚMERO DE EMPRESAS ATIVAS EM 2016
- COMPREENDA A POLÊMICA LEI QUE MUDA O ISS
- BEM SUJEITO À TRIBUTAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL PODERÁ SER ATUALIZADO COM ALÍQUOTA MENOR

CÂMBIO EM 08/02/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,124	3,125
Euro	3,342	3,343

Fonte: BACEN

Produção e confiança dão sinais de recuperação na indústria

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Começam a surgir os primeiros sinais de que o cenário de crise parou de se deteriorar em vários setores da economia, tanto quando se olha a produção da indústria quanto a confiança dos empresários.

Um levantamento feito pela consultoria MacroSector com dados da área industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, de 26 setores analisados, 12 registraram crescimento na produção em dezembro ante o mesmo mês de 2015. É um resultado melhor do que o mês anterior, quando nove setores tinham avançado na mesma base de comparação.

Entre os segmentos que se destacaram estão vestuário (23,1%), fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ótica (29%), fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (19,6%), máquinas e equipamentos (12,8%), têxtil (12,4%) e madeira (10,2%).

Os números da indústria automobilística confirmam que esse movimento continuou em janeiro, quando a produção das montadoras cresceu 17,1% ante o mesmo mês de 2016, de acordo com a Anfavea. O licenciamento de veículos, que reflete as vendas no mercado interno, teve queda menor: tinha recuado 10,3% em dezembro de 2016 na comparação anual e caiu 5,2% em janeiro de 2017 ante 2016.

“Vários setores da indústria engataram a primeira marcha do crescimento, depois de tantos meses de queda”, afirma o economista Fabio Silveira, diretor da consultoria e responsável pelo levantamento. Ele observa que a indústria automobilística, impulsionada pelas exportações, puxa essa virada. Mas pondera que o movimento não pode ser generalizado para outros segmentos.

No caso de têxteis e artigos de vestuário, por exemplo, Silveira diz que há um movimento de substituição de importações que, de certa forma, está trazendo impactos positivos para a produção. Mas o pano de fundo, na sua opinião, foi a expectativa favorável dos agentes econômicos por causa da redução da taxa juros que houve desde o último trimestre de 2016.

Em janeiro, a confiança dos empresários da indústria avançou 4,3 pontos e atingiu o maior nível desde maio de 2014, período pré-crise, segundo a Sondagem Industrial da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “A alta foi expressiva”, afirma Aloisio Campelo, superintendente de Estatística Públicas do Instituto Brasileiro de Economia.

Ele destaca que o corte mais acentuado dos juros feito pelo Banco Central (BC) em meados de janeiro aumentou o otimismo dos empresários. É que na prévia do indicador, apurada em meados de janeiro, antes de o BC reduzir em 0,75 ponto porcentual os juros, o índice de confiança foi menor que o resultado final após o corte do juro.

PIB

Quando se extrapolam os sinais de retomada para o Produto Interno Bruto (PIB), João Moraes, economista da consultoria Tendências, diz que o ponto de virada – de um resultado negativo para positivo – está próximo e deve ocorrer do último trimestre do ano passado para o primeiro deste ano, descontada a sazonalidade.

Apesar do quadro mais favorável, Silveira ressalta que ainda não é possível afirmar que a retomada é sustentável. Entre os fatores importantes para sustentar a virada, ele aponta as reformas, a redução do desemprego e o equacionamento do elevado endividamento de famílias e empresas.

Montadoras param produção por até um mês

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um dia após as montadoras divulgarem alta de 17% na fabricação de veículos em janeiro ante igual mês do ano passado – justificada como aposta de melhora no mercado ao longo do primeiro trimestre -, empresas começaram a informar aos trabalhadores que vão suspender a produção nos próximos dias, aproveitando o feriado do carnaval.

A General Motors fará a parada mais longa, de um mês, na fábrica de São Caetano do Sul, no ABC paulista. Os cerca de 5 mil funcionários do setor produtivo terão férias coletivas de 27 deste mês a 27 de março.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Francisco Nunes, a GM alegou queda nas vendas. No ano passado, as vendas da marca caíram 10,8% em relação a 2015, enquanto o mercado total teve recuo de 20%. Em janeiro, a marca teve resultados 2% melhores que o mesmo mês de 2016. O mercado total caiu 5,2%.

A GM também estendeu até 19 de abril o período de lay-off (suspensão de contratos) de 754 trabalhadores que deveriam retornar à fábrica nesta quarta-feira, 8, após mais de dois anos de dispensa. “Nós vislumbramos um aquecimento de mercado e conseguimos negociar a prorrogação do lay-off, pois a intenção da empresa era demitir esse pessoal”, afirma Nunes. A montadora deve abrir um programa de demissão voluntária (PDV) nos próximos dias.

Na semana passada, a GM também anunciou férias coletivas para cerca de 2,2 mil trabalhadores da unidade de São José dos Campos (SP) de 13 de fevereiro a 2 de março. A GM não quis comentar o assunto. A fábrica do ABC produz os modelos Cobalt, Spin, Montana e uma versão do Onix. Em São José são feitos S10 e Trailblazer. Não há, por enquanto, informações de parada na filial de Gravataí (RS), onde são produzidos Prisma e a maioria das versões do Onix, o carro mais vendido no País atualmente.

A Volkswagen vai estender a parada do carnaval por 12 dias, entre 22 de fevereiro e 5 de março, na fábrica de São Bernardo do Campo. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cerca de 7 mil trabalhadores, todos da produção, serão dispensados e as folgas serão contabilizadas no Programa de Seguro Emprego (PSE), que reduz jornada e salários. A Volkswagen não comentou o tema.

A Fiat também estuda parar a produção durante toda a semana do carnaval em Betim (MG), de acordo com fornecedores da montadora. A informação não foi confirmada pela empresa.

Balanço financeiro

Nesta terça-feira, 7, a General Motors divulgou que seu lucro global no ano passado foi de US\$ 9,43 bilhões, 2,7% inferior aos ganhos de 2015.

A região da América do Sul, onde o Brasil responde por 60% das vendas, registrou prejuízo de US\$ 400 milhões, o que representa US\$ 200 milhões a menos em perdas em relação ao balanço financeiro do ano anterior.

Sindicato faz assembleia na GM em São Caetano

08/02/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC



O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano realiza assembleia junto aos trabalhadores da GM (General Motors), em frente ao portão 4, para votar a prorrogação do lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho) dos 754 operários - muitos afastados desde novembro de 2014 - e a abertura de PDV (Programa de Demissão Voluntária), com a oferta de um a cinco salários nominais.

De acordo com o presidente do sindicato, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, a empresa estava relutante em aceitar a prorrogação dos trabalhadores suspensos, mas após mais uma rodada de conversas, a montadora cedeu. "As negociações ainda continuam para manter esses empregos." Um dos pontos que será debatido é a reformulação na linha de produção que a companhia pretende implementar, no entanto, ela sugere a retirada de direitos dos funcionários. Os detalhes da contrapartida não foram divulgados.

Conforme o Diário noticiou hoje, a GM ficará paralisada por pouco mais de um mês. Isso porque os cerca de 6.000 operários da linha de produção e afins (reposição de peças de manutenção) param de trabalhar no dia 25, devido ao feriado de Carnaval, e só retornam em 27 de março. O motivo para suspender a produção por tanto tempo é a queda nas vendas.

Curitiba tem a quarta menor inflação de janeiro, com 0,31%, segundo IBGE

08/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) subiu 0,31% em janeiro em Curitiba, após a alta de 0,14% em dezembro. Com esse percentual Curitiba ficou com o quarto menor índice atrás de São Paulo (0,23%), Goiânia (0,20%) e Porto Alegre (0,18%).

Nos últimos 12 meses (janeiro 2016/janeiro 2017), o índice fechou em 4,01%. Os percentuais da capital paranaense ficaram abaixo da evolução média de preços do País que, em janeiro deste ano fechou em 0,38%, após alta de 0,30% em dezembro, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta quarta-feira, 8.

No Brasil, este é o índice mais baixo para janeiro desde 1994, ano em que foi criado o Plano Real. No acumulado de 12 meses até janeiro, o IPCA teve alta de 5,35%, contra alta de 6,29% do mês anterior. O IBGE apontou que as tarifas de ônibus urbanos subiram 2,84%, liderando o ranking de impactos individuais no bolso dos consumidores em janeiro.

No caso de Curitiba este item deve pesar na composição do IPCA de fevereiro, uma vez que ao aumento do preço da passagem de ônibus em Curitiba na ordem de 15% passou a vigorar nesta última segunda-feira, 6, quando a tarifa em Curitiba passou de R\$ 3,70 para R\$ 4,25. Essa questão ajudou a capital paranaense a ficar na última

colocação entre as capitais pesquisadas pelo IBGE com aumento do IPCA na comparação dos últimos 12 meses.

O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e de Brasília. Para cálculo do índice do mês foram comparados os preços coletados no período de 30 de dezembro de 2016 a 30 de janeiro 2017 (referência) com os preços vigentes no período de 1º a 29 de dezembro de 2016 (base).

Indústria de SP recuou 21,1% em 3 anos de perdas, revela IBGE

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A produção do maior parque industrial do País já encolheu 21,1% nos últimos três anos de perdas. O patamar de operação está semelhante ao de novembro de 2003, apontou Rodrigo Lobo, analista da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, a produção de São Paulo recuou 5,5% em 2016.

“A indústria de São Paulo opera mais próximo do ponto mais baixo do que do pico de produção”, ressaltou o pesquisador.

O parque fabril paulista opera 25,7% abaixo do pico alcançado em março de 2011, e apenas 8,9% acima do ponto mais baixo, atingido em julho de 2003.

Em 2016, 16 das 18 atividades da indústria paulista tiveram queda na produção, com destaque para os segmentos de derivados de petróleo e biocombustíveis (-11,8%), sobretudo óleo diesel e óleo combustível; veículos automotores (-10,2%), puxados pela menor fabricação de automóveis e caminhões; e máquinas e equipamentos (-8,3%), influenciado por perdas em bens de capital voltados para a indústria.

No Rio de Janeiro, já são cinco anos sem crescimento do setor industrial. A última taxa positiva da produção foi alcançada em 2011, quando o setor avançou 1,3%.

“Em cinco anos sem crescimento, a indústria do Rio de Janeiro diminuiu 19%. Nesse período, as perdas mais importantes foram do setor metalúrgico, derivados de petróleo e biocombustíveis, e veículos automotores”, calculou Lobo.

Em 2016, a queda na produção do Rio de Janeiro foi de 4,1%. As demais regiões com perdas foram Espírito Santo (-18,8%), Amazonas (-10,8%), Pernambuco (-9,5%), Goiás (-6,7%), Minas Gerais (-6,2%), Ceará (-5,2%), Bahia (-5,2%), Paraná (-4,3%), Rio Grande do Sul (-3,8%), Santa Catarina (-3,3%), Região Nordeste (-3,1%) e Mato Grosso (-1,1%).

Os Estados do Espírito Santo, Pernambuco e Goiás tiveram em 2016 as quedas mais acentuadas da série histórica da pesquisa, iniciada em 2003.

“O rompimento da barragem de Mariana (MG), no fim de 2015, fez com que tombasse a extração de minério de ferro no Espírito Santo e também em Minas Gerais, prejudicando o desempenho da indústria desses locais”, justificou Lobo.

Na direção oposta, o único resultado positivo do ano foi justamente impulsionado pela extração de minério de ferro, o do Pará, onde a indústria cresceu 9,5%.

“No Pará, o resultado é consequência do crescimento da produção interna e também aumento do preço do minério no mercado internacional, que fez com que aumentasse

a exportação. Em três anos, (a indústria do) o Pará cresce 22,5%", completou o analista do IBGE.

Relator da reforma trabalhista defende prevalência de acordos coletivos sobre a lei

08/02/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

O deputado também pretende aprofundar as discussões sobre o trabalho em casa e sobre o trabalho em jornadas móveis.

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



Para Marinho, flexibilização pode preservar empregos

Indicado relator da reforma trabalhista em análise na Câmara, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) é favorável a um dos principais pontos da proposta: a prevalência dos acordos firmados coletivamente sobre o que diz a legislação. Segundo ele, a mudança vai fortalecer os sindicatos.

A reforma encaminhada pelo governo (PL 6787/16) prevê a validade do negociado sobre o legislado em relação a 13 pontos, o que tem provocado críticas de sindicatos. A Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, afirma que a negociação poderá ser feita com um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados. Não seria necessário o apoio sindical.

Alguns dos pontos sujeitos a acordo são a jornada de trabalho de 220 horas mensais e os planos de cargos e salários. Rogério Marinho lembra que direitos como férias, 13º salário e FGTS não estão na lista.

"Eu sou favorável porque, se a relação entre as partes aponta no sentido de que há necessidade de flexibilizar determinadas situações, como jornada de trabalho e salários para preservar empregos e, desta forma, garantir que não se aumente ainda mais o total de desempregados no Brasil; eu vejo isso como absoluto bom senso. Pior é o cenário que nós nos encontramos", afirma.

Marinho vai propor também o aumento do prazo do trabalho temporário para 180 dias. A reforma enviada pelo governo eleva o prazo dos atuais 90 dias para 120 dias, prorrogáveis por mais 120.

Jornada móvel

O deputado afirma, ainda, que quer incluir o trabalho intermitente na discussão da reforma trabalhista. "É a jornada móvel por hora ou por empreitada. Hoje é uma realidade no mundo inteiro e o Brasil não tem uma legislação a respeito do assunto. Você trabalhar, por exemplo, no fim de semana.

Trabalhar no período noturno e, na semana seguinte, trabalhar no diurno. É você ter a possibilidade de ter vários empregadores e não apenas um. Tudo respeitando

evidentemente os direitos que eu preconizei anteriormente: proporcionalidade do 13º, das férias, do FGTS."

Trabalho em casa

Rogério Marinho defende também a regulamentação do teletrabalho. "Trabalho em casa ou teletrabalho. É necessária uma legislação que agasalhe essa situação, que é uma situação de fato. Pessoas que fazem trabalhos, elaboram pareceres, fazem projetos nas suas residências e depois entregam ao seu empregador."

A reforma trabalhista também prorrogou até 2019 o programa que permite às empresas em dificuldades financeiras reduzir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%, contanto que não sejam demitidos sem justa causa.

A comissão especial que vai analisar a reforma trabalhista deve ser instalada nesta quinta-feira.

Íntegra da proposta:

- [PL-6787/2016](#)

ACORDO COLETIVO

Prevalecerá nas seguintes situações

- Parcelamento de férias anuais em até três vezes
- Pacto sobre cumprimento da jornada de trabalho, limitada a 220 horas mensais
- Participação em lucros e resultados da empresa
- Contagem do tempo até o local de trabalho em condução fornecida pelo empregador
- Intervalo de trabalho, com limite mínimo de 30 minutos
- Acordo coletivo continua valendo, mesmo depois do fim de sua vigência, e só pode ser alterado por outro acordo coletivo
- Adesão ao Programa de Seguro-Emprego (PSE)
- Plano de cargos e salários
- Regulamento empresarial
- Banco de horas
- Trabalho remoto
- Remuneração por produtividade
- Registro de jornada de trabalho



Comissões das reformas trabalhista e previdenciária serão instaladas na quinta-feira

08/02/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Maia: as matérias são urgentes, mas o debate está garantido

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou nesta terça-feira (7) que as comissões especiais das reformas da Previdência e trabalhista serão instaladas nesta quinta-feira (9).

Maia já assinou os atos da criação dos colegiados, e já foram lidos em Plenário. Após 48 horas as comissões já podem ser instaladas, com as indicações dos seus integrantes.

Segundo Rodrigo Maia, as matérias são urgentes, mas o debate está garantido. “O Brasil está em uma crise muito grande para perder tempo em duas matérias que são urgentes. Ninguém vai suprimir o debate nessas duas matérias. O que não podemos é deixar de fazer o debate. Atrasar e não instalar”, disse o presidente.

Ele também afirmou que vai atender ao pedido da oposição para que as matérias possam ser discutidas amplamente. “A oposição me pediu que eu garantisse o debate, tanto que a reforma trabalhista não tem nem urgência. Então, o debate está garantido, o que não pode é não debater. E não debater é achar que o Brasil não precisa de reforma”, afirmou Maia.

Indicação ao STF

Rodrigo Maia também elogiou a indicação de Alexandre Moraes para o Supremo Tribunal Federal. “Alexandre é um nome com muita qualificação técnica, um ministro preparado que vai representar bem o Supremo”, avaliou.

Questionado sobre o projeto que susta a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite que companhias aéreas cobrem de passageiros por bagagem, Rodrigo Maia afirmou que é preciso avaliar se, de fato, a decisão da Anac vai reduzir o preço das passagens.

“O governo acredita que as mudanças iriam gerar uma redução de preços, talvez [esperar a norma entrar em vigor] seja o melhor caminho. Alguns acham que o cidadão vai ser prejudicado, outros acham que vai cobrar [apenas] daqueles que levam mais bagagem, e o que não leva bagagem não vai pagar pelo outro”, explicou Maia.

Maia e Macri defendem fortalecimento das relações entre Brasil e Argentina

08/02/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

Rodrigo Maia (D): a Argentina vive, assim como o Brasil, momentos importantes de mudanças nas questões econômicas

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, visitou o Congresso Nacional nesta terça-feira (7) e foi recebido pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira.

Rodrigo Maia defendeu o fortalecimento das relações entre o Brasil e Argentina. "A Argentina vive, assim como o Brasil, momentos importantes de mudanças nas questões econômicas. Esperamos o fortalecimento das nossas relações e também com outros blocos econômicos para que a América Latina cresça e volte a gerar riqueza", afirmou Maia.

Maurício Macri reafirmou o interesse de fortalecimento do Mercosul. "Não há dúvidas que juntos somos mais fortes. E este entusiasmo da Câmara dos Deputados vai fazer com que todas as mudanças aconteçam ainda mais rápido", disse o presidente argentino.

Líder do PSD quer aprovação das reformas política, previdenciária e trabalhista

08/02/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados



Marcos Montes: a reforma trabalhista é um instrumento para a retomada dos empregos

O líder do PSD, deputado Marcos Montes (MG), acredita que a tensão política provocada pelos desdobramentos da operação Lava Jato não deve impedir que reformas consideradas importantes pelo partido, como a trabalhista e a da Previdência, sejam aprovadas no Congresso.

"Essa passada a limpo, do ponto de vista ético, é muito importante para o País. E a reforma política também. As duas coisas podem caminhar juntas", disse Montes.

Para o deputado, a reforma trabalhista pode funcionar como um instrumento para a geração de empregos no País. "É facilitar o empregador, preservando o trabalhador", disse.

Médico, com especialização em medicina do trabalho, Montes assume a liderança do PSD pela primeira vez, depois de já ter atuado como vice-líder do governo e do próprio PSD.

[Leia abaixo a entrevista concedida pelo líder:](#)

Quais são as prioridades do seu partido para o ano de 2017?

Primeiro, será um ano realmente difícil, mas importante. Acho que o Brasil começa a apontar para rumos diferentes. Acho que o governo começa a mostrar a que veio e nós, que somos líderes da base do governo, temos essa responsabilidade de respaldar o governo naquelas medidas que nós achamos que são importantes para o País. Então, eu acredito que essas medidas, a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a reforma tributária, são pautas fundamentais para o País. E aqui nós vamos discutir, e o nosso partido se debruçará sobre essas matérias para poder ajudar o Brasil.

O senhor acredita que a reforma da Previdência possa ser aprovada ainda neste ano?

Eu acho que, com facilidade, é claro que não. Por isso que ela não foi aprovada até hoje. Ela tem extrema dificuldade de ser analisada, porque aqui é um parlamento diverso, há representatividade de todos os setores, mas todos estão conscientes da profunda necessidade de se alterar realmente a situação em que se encontra o sistema previdenciário brasileiro. Claro que vamos tentar fazê-lo dentro das discussões democráticas e de uma forma que preserve direitos e dê segurança para quem está nesse sistema se aposentar com mais tranquilidade do que atualmente, com esse deficit que está na Previdência.

Quais projetos o partido avalia como prioridades?

Não é o projeto, é o assunto. Eu acho que a Previdência é um deles. A questão da segurança vai calar muito fundo dentro das nossas discussões. Precisamos encontrar um caminho onde as forças representativas da segurança possam realmente mostrar resultado. E algumas decisões importantes podem passar aqui pelo Parlamento.

Isso [a segurança pública] é o que tem afetado bastante a sociedade brasileira. E tem essas medidas como a questão da Previdência e a reforma trabalhista, que é um instrumento para diminuir um pouco o desemprego, que já está batendo na casa dos 12 milhões de pessoas. Acho que a reforma trabalhista é um instrumento, ao lado da retomada do crescimento da economia, para a retomada dos empregos. É facilitar o empregador, preservando o trabalhador. Precisamos encontrar essa fórmula: facilitar as contratações e preservar os direitos dos trabalhadores.

É possível pensar em reforma política ainda sob os efeitos dos desdobramentos da operação Lava Jato?

Eu acho que a Lava Jato vai andar paralelamente com o que vai acontecer na Casa. É claro que vai haver um desgaste, é natural que haja, mas é muito importante que isso ocorra no Brasil. Essa passada a limpo, do ponto de vista ético, é muito importante para o País. E a reforma política também é importante para o País. As duas coisas podem caminhar juntas.

Precisamos colocar isso a limpo, mostrar quem é quem. Quem poderia imaginar que o Brasil estivesse vivendo esse momento de punição àqueles que erram? Mas não pode ser uma caça às bruxas sem critérios estabelecidos pela Justiça e por aqueles que querem colocar o Brasil no rumo certo.

Intenção é se manter fiel à reforma da Previdência, diz Caetano

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Embora a intenção do governo seja a de manter a reforma da Previdência o mais próximo possível da proposta original encaminhada pelo governo federal, o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, afirmou nesta terça-feira, 7, que “é possível chegar a um ponto de equilíbrio”. No entanto, ele não deu detalhes de qual seria esse equilíbrio ou quais eventuais mudanças estariam envolvidas.

Caetano participou nesta terça-feira, 7, de almoço com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para falar sobre a reforma. “É o início de um diálogo”, disse na saída do encontro. O evento durou quase três horas e, devido à ligação política dos deputados, foi dominado por assuntos de aposentadoria rural. Além de Caetano, participaram técnicos da Casa Civil e do Ministério do Planejamento.

Mais cedo, o deputado Zé Silva (SD-MG) disse que busca apoio para apresentar uma emenda à reforma para modificar as regras de aposentadoria para agricultores

familiares. Pela sugestão de alteração, essa categoria poderia obter o benefício com 55 anos (mulheres) ou 60 anos (homens) e a partir de 15 anos de contribuição.

A proposta do governo prevê idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, seja no urbano ou no rural.

O presidente da FPA, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), criticou a proposta e disse que o texto não sairá da Câmara dos Deputados do jeito que foi enviado. "O governo quer primeiro aprovar, depois discutir", disse, acrescentando que a Frente vai se articular para impedir a pressa excessiva na tramitação.

Segundo Caetano, houve algumas ideias em relação à aposentadoria rural durante os debates, mas nenhum pedido feito "concretamente". "Um dos grandes nortes da reforma é buscar tratamento igualitário", ponderou o secretário. "A intenção do governo é se manter o mais fiel possível ao projeto original." O secretário disse ainda que a previsão é aprovar a reforma no primeiro semestre no Congresso Nacional.

Na semana que vem, Caetano deve participar de audiência pública na comissão especial da reforma. A previsão é de que o debate com os parlamentares ocorra na terça-feira, dia 14.

Marun admite rever idade de aposentadoria na reforma da Previdência

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR



Foto: Felipe Rosa

Futuro presidente da comissão especial que analisará a reforma da Previdência na Câmara, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) disse que a proposta enviada pelo governo Michel Temer é "consistente", mas pode ser aprimorada. O parlamentar preferiu não adiantar detalhes sobre os trabalhos do relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA), mas afirmou que a idade mínima de 65 anos é um ponto que poderia ser adaptado.

"Tenho convicções de que a reforma é necessária e de que é necessária a idade mínima para aposentadoria. Eu não tenho uma antipatia, a princípio, em relação a essa idade. Talvez possamos analisar alguns setores, alguns segmentos em que a força física seja mais necessária para o exercício da profissão, onde comprovadamente a expectativa de vida daquele tipo de atividade seja menor que a média do brasileiro. Como regra geral, verifiquei que em outros países a idade mínima é até maior do que essa", disse Marun.

A proposta do governo federal prevê idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, seja no meio urbano ou no rural. Apesar de a oposição avisar que vai postergar a indicação de membros da comissão especial, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), manteve o calendário de instalação dos colegiados para quinta-feira, 9, quando Marun deve ser oficializado como presidente.

Maia rebateu o discurso dos opositores de que há uma tentativa de "atropelamento" do trâmite das matérias e defendeu a urgência das discussões. "Não podemos perder tempo. O Brasil está numa crise muito grande para que a gente perca tempo em duas matérias que são urgentes", argumentou.

Marun prevê a conclusão da tramitação da proposta na Casa entre o fim de abril e o início de maio. "Vamos trabalhar com celeridade razoável para que no fim de abril, início de maio, tenhamos concluído esse trabalho para ser enviado ao Senado", disse.

O peemedebista participou ontem de um almoço promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária para discutir a reforma da Previdência. O encontro também contou com a presença do secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, e de técnicos da Casa Civil e do Ministério do Planejamento que trabalharam na proposta.

Caetano afirmou que "é possível chegar a um ponto de equilíbrio". No entanto, ele não deu detalhes de qual seria esse equilíbrio ou quais eventuais mudanças estariam envolvidas.

Bancos endurecem renegociação e reduzem crédito para endividados

08/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

De acordo com o BC, volume de dinheiro para a modalidade de renegociação de dívidas teve queda de 25,2% no ano passado



Num momento em que o número de inadimplentes no Brasil supera a marca de 59 milhões de pessoas, os bancos endureceram a renegociação das dívidas e reduziram o crédito para a modalidade. Dados do Banco Central apontam que o volume disponível para a finalidade teve uma queda de 25,2% em 2016, indo de R\$ 3,053 bilhões em janeiro para R\$ 2,174 bilhões em dezembro. Já o número de negativados subiu de 17,5% para 18,3%.

Se por um lado o governo anunciou medidas recentes para limpar o nome e ampliar o crédito para a população, como o saque das contas inativas do FGTS e o limite de 30 dias para o rotativo do cartão, por outro as instituições financeiras contribuíram para jogar os devedores na inadimplência.

Segundo um estudo feito pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), feito com 1.815 usuários da internet entre julho e setembro do ano passado, dos 53,6% que tentaram renegociar as dívidas, 60,8% não obtiveram sucesso.

As razões para isso foram o fato de a cobrança ter sido encaminhada para outra empresa, o que inviabilizou a redução das taxas com as instituições; a falta de acordo em relação ao prazo para o pagamento; e a não negociação de dívidas que não estão em atraso.

"Há um endurecimento no relacionamento dos dois lados. Enquanto o banco quer manter os contratos, o consumidor não consegue propor uma alternativa, o que cria um impasse nesse processo", avalia a economista do Idec, Ione Amorim. Com isso, os consumidores se veem pressionados a fechar acordos muitas vezes desvantajosos para eles.

Rotativo

O pagamento da fatura mínima do cartão, que a partir de abril será convertida de forma automática em crédito parcelado após o vencimento da conta, costuma ser a

dívida que mais aperta os brasileiros. Conforme o BC, o rotativo fechou o ano passado em 484,6% ao ano (15,8% ao mês). Por outro lado, os juros do renegociado atingiram uma média de 54,2% ao ano (3,7% ao mês).

De acordo com Ione, porém, no caminho entre a negativação e o contrato entre as partes o saldo devedor se amplia e prejudica o comprador. "Muitas vezes, por desespero, as pessoas acabam aceitando a proposta, mesmo sem ter condições de pagá-la", conta.

Apesar da existência dos serviços de proteção de crédito e dos escritórios de cobranças, a sondagem do instituto mostra que a maioria dos acordos ocorre diretamente entre os correntistas e os bancos. Das cinco instituições consultadas, o Itaú disse que 99% dos casos são fechados em canais próprios, enquanto o Banco do Brasil informou que o número corresponde a 80%. Bradesco, Caixa e Santander não deram detalhes das operações.

Rotativo do cartão e a ausência de pagamentos

Embora a inadimplência do crédito rotativo apresentou queda de 3,2% no ano passado, alcançando 37,2% em dezembro, a ausência de pagamentos do renegociado cresceu 0,8% no período, segundo o Banco Central. No fim de 2016, o índice foi de 18,3%.

Diagnóstico e capacidade de pagamento são fundamentais

A realização dos acordos para a renegociação das dívidas depende do diagnóstico das finanças domésticas e de uma avaliação da capacidade de pagamento. A economista do Idec Ione Amorim recomenda que após dar esses passos, os consumidores devem conversar com as famílias ou advogados e entidades de defesa do consumidor para encontrar um cálculo dos juros e parcelas que melhor se encaixem no orçamento.

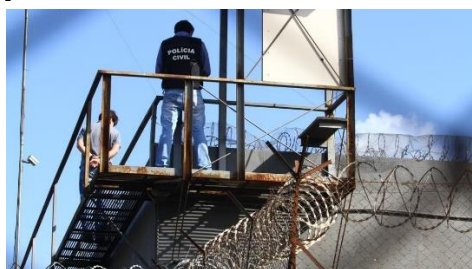
Outro caminho sugerido pela economista é que os clientes ponderem a venda de algum bem para quitar o saldo ou que substituam o empréstimo atual por outro mais barato. Em 2016, o crédito pessoal fechou em 139,4% ao ano, enquanto o consignado para trabalhadores do setor privado ficou em 43,2% e para servidores públicos em 27,4%.

Já para as pessoas que estão negativadas e não conseguem contratar novos empréstimos, Ione sugere a fuga do crédito para negativados -- que possui taxas de juros de até 1.000% ao ano - e a busca por fontes de renda extra. "Não existe milagre. A dívida não irá desaparecer se não houver uma negociação com o credor", complementa ela.

Governo estuda reduzir em 10 anos a idade mínima para profissões de risco

08/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A proposta encaminhada pelo governo já prevê a possibilidade de reduzir a idade mínima em dez anos e o tempo mínimo de contribuição em cinco anos para atividades de risco



A comissão especial da reforma da Previdência vai discutir a possibilidade de estender as condições especiais de aposentadoria para funções expostas a riscos. A medida

beneficiária, por exemplo, **policiais civis e agentes penitenciários**, que teriam acesso a condições menos duras para se aposentar. A proposta encaminhada pelo governo já prevê a possibilidade de reduzir a idade mínima em dez anos e o tempo mínimo de contribuição em cinco anos no caso de atividades que “efetivamente prejudiquem a saúde”.

No fim do ano passado, entidades que representam policiais civis e federais reagiram rapidamente à proposta de reforma da Previdência que foi encaminhada pelo governo, que prevê idade mínima de 65 anos e tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

Atingidas pelas novas regras, as categorias foram para o corpo a corpo no Congresso Nacional, no Ministério da Justiça e no Palácio do Planalto. Os principais argumentos são de que as novas regras elevarão a idade média dos agentes e que “polícia envelhecida é crime fortalecido”.

Trata-se de uma dentre as diversas pressões que o governo e o Congresso enfrentarão com o início efetivo dos trabalhos em torno da reforma da Previdência. Centrais sindicais também se articulam para brigar por flexibilizações na idade mínima e na decisão de igualar regras para homens e mulheres.

“Na proposta, falta a possibilidade de aposentadoria especial por periculosidade, porque só se fala em insalubridade. Se por um lado os agentes penitenciários e os policiais civis não podem entrar no projeto dos militares, por outro lado é razoável que aqueles que tenham função que efetivamente os exponha ao risco tenham diferenciação”, disse uma fonte

“Aquele que trabalha como policial carcerário em Alcaçuz certamente está exposto a riscos”, destacou a fonte, em referência ao complexo penitenciário no Rio Grande do Norte que foi palco de 26 mortes de detentos e uma série de rebeliões no início deste ano.

A reforma propõe a manutenção de aposentadoria diferenciada para pessoas com deficiência e para aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

A ideia que ainda está sendo gestada pela comissão especial não prevê caracterização de periculosidade pela categoria, mas sim por função. Isso significa que nem todos os policiais civis teriam direito às condições mais benéficas, só aqueles que atuam sob riscos.

Caso a proposta de diferenciação por periculosidade vingue, os policiais civis e federais conseguiriam benefícios semelhantes aos militares, cujo regime de aposentadorias será alvo de projeto de lei à parte.

A ideia do governo é fixar as mesmas regras gerais de idade mínima e tempo de contribuição, mas prever exceções para determinadas funções. Além das Forças Armadas, o projeto dos militares vai contemplar policiais militares e bombeiros, que pesam sobre as contas dos Estados.

Artigos: Rebalancear as finanças para não errar

08/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Investidores profissionais estudam durante anos e anos incontáveis técnicas para tentar prever as altas e baixas dos mercados de investimentos, buscando comprar nas baixas e vender nas altas. O investidor leigo mas disciplinado, com objetivos de longo prazo, nem sempre consegue fazer isso, pois sua técnica mais comum é a regularidade. Investir um pouquinho todos os meses, com disciplina, seguindo um

plano de longo prazo e recomendações de seu banco. Esta disciplina resulta em resultados médios: alguns meses são bons para investimentos, outros são ruins, e o resultado final é uma rentabilidade decorrente da média de ganhos.

Porém, não é essencial possuir amplos conhecimentos em economia, investimentos e negócios para acertar mais nas escolhas. Há formas "burras" de investir de forma inteligente, e talvez a ferramenta que exija menos conhecimento do investidor de longo prazo é a técnica do rebalanceamento.

Uma técnica simples, cujas maiores demandas esperadas do investidor são a organização e a disciplina. O rebalanceamento consiste apenas em estipular uma composição bem definida para uma carteira de investimentos e seguir fielmente esta composição, com prazos definidos para calibragem.

Suponhamos que você decidiu investir de forma moderada, por exemplo com uma carteira de investimentos contendo 80% dos recursos em renda fixa e 20% em renda variável. Seguir fielmente esta composição significa alocar seus recursos, a cada rodada de investimentos, respeitando seu perfil. A cada R\$ 1.000 aplicados, R\$ 800 irão para a renda fixa e R\$ 200 para a renda variável. Não é preciso raciocinar muito para perceber que, por mais fiel que você seja a esse perfil, dificilmente terá uma carteira com a composição exata a que se propôs, pois a rentabilidade da renda fixa será diferente da obtida na renda variável.

A fidelidade à carteira somente será mantida se for criada uma regra de prazo de redistribuição de recursos, como por exemplo "a cada 12 meses" ou "no meu último dia útil do ano". Rebalancear significa chegar a uma data específica e reequilibrar a carteira, resgatando fundos de ações se a proporção favorecer a renda variável ou resgatar parte da renda fixa se houver excesso de peso na renda fixa.

Em um ano de queda nas ações, mesmo que o investidor moderado exemplificado aplique 20% dos recursos em fundos de renda variável, ao final do ano ele terá mais que 80% de seus recursos em renda fixa e menos de 20% em ações.

A proposta do rebalanceamento é vender o excedente em renda fixa para comprar mais renda variável. Contrariamente, em um ano excepcional para a Bolsa, o cliente terá muito mais do que 20% de sua carteira em fundos de ações, devendo então vender de suas cotas neles e investir em renda fixa.

Por que sair da renda variável em um bom ano? Por que resgatar recursos da renda fixa quando as ações vão tão mal? O motivo para estas escolhas forçadas é único: vender na alta e comprar na baixa.

Se, ao final de cada ano ruim, o investidor forçar-se a comprar ações e ao final de cada ano bom ele forçar-se a vender, inevitavelmente estará fazendo boas escolhas, em média. Isso vale mesmo que ocorram sucessivos anos bons para a Bolsa, pois neste caso o cliente estará evitando concentrar demais sua carteira em algo que pode sofrer uma forte queda diante de problemas econômicos.

Se mesmo diante da simplicidade da técnica do rebalanceamento você se sentir inseguro a agir, é porque o produto ideal para você provavelmente é aquele que já faz isso automaticamente, como acontece nos chamados fundos balanceados e nos planos de previdência privada compostos ou com carteira mista.

Ao optar pela técnica, o mínimo resultado esperado é ganhar mais do que na renda fixa. Sem dúvida, compensa.

* Gustavo Cerbasi (gustavocerbasi.com.br) é especialista em inteligência financeira.

Um dos erros mais comuns do brasileiro é não estar preparado para imprevistos. Resiliência é estar pronto para resistir a problemas



Resiliência é um termo bastante usado na administração moderna, mas que originalmente foi definido para descrever a propriedade física que alguns corpos possuem de recuperar facilmente sua forma original após sofrer pressões e deformações. Um bom exemplo de material resiliente é a esponja: você pode apertá-la, molhá-la, torcê-la, mas ela facilmente volta a sua forma original, como acontece também com uma mola após ser submetida à pressão.

Em sua vida pessoal, define-se resiliente como ser capaz de se manter emocionalmente estável após sofrer bullying ou pressão do chefe. Podemos dizer também que você é resiliente se consegue manter seus planos e objetivos mesmo após passar por imprevistos – ou seja, deformações inesperadas nos planos.

É neste aspecto que percebemos que a família média brasileira erra por falta de resiliência. Tradicionalmente, o brasileiro compra a prazo – hábito que foi adquirido nos tempos de inflação, quando valia a pena aproveitar promoções, comprar em atacado e fazer estoques para vencer a escalada de preços. Para comprar mais do que o consumo necessário do mês, a conta ficava maior do que o razoável e a compra parcelada se mostrava como oportuna.

Porém, o hábito de comprar a prazo, somado aos necessários financiamentos de bens de maior valor, como casa e carro, fazem com que diversas prestações somadas engessem demasiadamente o orçamento das famílias. Não raro, um orçamento familiar já inicia o mês com a quase totalidade de suas contas já comprometidas com decisões de consumo tomadas no passado. Se acontece um gasto imprevisto, não há gastos previstos que podem ser descartados ou adiados, e a solução normalmente é se endividar.

Em um país com crises tão recorrentes e com mudanças de regras, preços e tributos tão frequentes, simplesmente não há sentido em manter hábitos tão limitantes para as escolhas como o hábito de comprar a prazo. Imprevistos sempre vão acontecer e serão inesperados. Mas, em nossa terra de turbulências, imprevistos costumam ser mais frequentes e intensos.

Se não sabemos quando irão acontecer ou quanto vão custar, ao menos precisamos estar preparados para eles. A receita para isso envolve três iniciativas:

- 1- Poupar para aproveitar pagamentos à vista em vez de compras a prazo;
- 2- Reduzir criativamente gastos fixos como moradia e transporte e aumentar a proporção de gastos variáveis como lazer e cuidados pessoais; e
- 3- Criar uma reserva de emergências para manter a estabilidade dos planos diante dos esperados imprevistos.

Com essas iniciativas, são criadas as condições de flexibilidade que permitem levar uma vida mais leve, com mais possibilidades de ajustes diante de imprevistos ou de novidades. Ser resiliente é questão de sobrevivência, principalmente quando os altos juros tornam caro o preço a pagar por erros nos planos.

Mas, ser resiliente é também estar preparado para aproveitar oportunidades de viagens, de aprendizado ou de experiências quando elas se apresentam para nós. Se você é ou não, depende apenas dos hábitos que você adotou e se está disposto ou não a muda-los.

* Gustavo Cerbasi (gustavocerbasi.com.br) é especialista em inteligência financeira.

35 bairros de Curitiba e RMC podem ficar sem água. Veja a lista!

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR



Foto: Gerson Klaina.

Por causa da troca de um equipamento, moradores do Bairro Alto, em Curitiba, terão o fornecimento de água interrompido nesta terça-feira (7). A pausa no abastecimento começou às 8h30 e o serviço será retomado no início desta noite, de forma gradativa. As informações são da Sanepar. A falta de água afetou a população também na semana passada.

Segundo a companhia, nesta terça apenas o Bairro Alto será afetado. No entanto, nesta quarta-feira (8), outros 35 bairros da capital e da região metropolitana podem registrar falta de água. Além de Curitiba, a manutenção preventiva vai interromper o abastecimento em bairros de Araucária, Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré (veja lista abaixo).

A Sanepar informou que os serviços da quarta-feira começam às 8 horas e devem durar mais tempo. Por isso, a normalização do sistema só está prevista para o início da manhã de quinta-feira (9) e também de forma gradativa.

Durante todas as pausas no abastecimento, a companhia alerta que só devem ficar sem água clientes que não têm caixa d'água no imóvel.

O Serviço de Atendimento ao Cliente Sanepar é feito pelo telefone 0800 200 0115, que funciona 24 horas. Ao ligar, é preciso ter em mãos uma conta de água ou o número da matrícula.

Veja os bairros que terão falta de água entre esta quarta (8) e quinta-feira (9):

Curitiba: Augusta, Butiatuvinha, Cascatinha, Lamenha Pequena, Santa Felicidade, São João, Campo Comprido, Santo Inácio, Cidade Industrial, Mossunguê, Riviera, São Braz, São Miguel, Orleans e Bigorriho;

Araucária – Barigui, Boqueirão, Cachoeira, Campo Redondo, Capela Velha, Centro, Costeira, Estação, Fazenda Velha, Iguaçu, Laranjeiras, Passaúna, Sabiá, Tindiquera, Thomaz Coelho e Vila Nova;

Campo Largo – Jardim Keli Cristina, Vila Gilcy e Vila Torres 1;

Campo Magro – Boa Vista;

Almirante Tamandaré – Tanguá.

Subsídios da conta de luz caem e tarifa do consumidor terá redução de 2,03%

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A conta de luz vai cair, em média, 2,03% neste ano, devido à redução de pagamentos de subsídios do setor elétrico. As subvenções incluídas na tarifa de energia deste ano serão de R\$ 13,904 bilhões, menos que no ano passado, quando somaram R\$ 18,291 bilhões. Desse total, o consumidor terá de pagar R\$ 11,9 bilhões, que serão repassados para a conta de luz.

A queda contrariou as previsões de aumento estimadas pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que alertou para um impacto de até 6% no preço da energia em 2017, em razão de cobranças que, segundo a associação, são irregulares e foram incluídas no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Trata-se de encargo cobrado mensalmente da população e das empresas para bancar custos de universalização de energia, subsidiar programas sociais do setor e financiar as indenizações das concessões elétricas, entre outras funções.

Na prática, o que ocorreu é que, embora a conta de subsídios seja grande, ela ficou menor do que a do ano passado. Além disso, as receitas da CDE aumentaram em relação a 2016. Por isso, a arrecadação necessária para cobrir o orçamento também será menor. Pelos cálculos da Aneel, os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste terão uma queda maior, de 2,70%.

Isso acontece porque a divisão da conta entre as regiões é desigual, e esses clientes pagam 4,53 vezes mais do que os do Norte e Nordeste. Para os consumidores dessas duas regiões, a redução será de 0,35%.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, reiterou que a política de subsídios ao setor deve ser revista neste ano. A intenção é reduzir o tamanho da conta. "Todo o esforço que está sendo feito, pelo governo e pela Aneel, é para revisar esse tema e rediscutir essa política de subsídios do setor elétrico. Isso deve gerar uma racionalização e uma melhoria", afirmou.

Grande parte das despesas será destinada ao pagamento pelas usinas que abastecem os sistemas isolados do País, principalmente na região Norte. A rubrica Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) cairá dos R\$ 6,339 bilhões do ano passado para R\$ 3,950 bilhões neste ano. Auditorias realizadas pela Aneel levaram a um corte no preço e no volume do combustível usado pelas termelétricas.

Já as usinas a carvão mineral terão o valor de subsídios reduzido de R\$ 1,005 bilhão no ano passado para R\$ 909 milhões. Os recursos servem para a compra de carvão mineral extraído de minas no Sul do País.

A Aneel acatou o pleito dos grandes consumidores, para que a Eletrobras ressarcisse valores apropriados de forma indevida na amortização de financiamentos concedidos para empresas da própria estatal, em condições mais vantajosas que aquelas praticadas pelo mercado.

Nas contas das empresas, essa devolução, em preços atuais, chegaria a R\$ 3,7 bilhões. A agência determinou que o orçamento da CDE deste ano incluía a primeira,

de dez parcelas anuais, da restituição devida pela Eletrobras, no montante de R\$ 300 milhões.

A Eletrobras também vai contribuir com outra receita para o fundo. A estatal terá que devolver as indenizações que recebeu a mais, de forma indevida, no ano passado. A estatal teria de pagar R\$ 604,2 milhões, mas o valor atualizado e corrigido passou para R\$ 951 milhões, a serem pagos em seis parcelas mensais a partir de julho.

O tema dos subsídios é um dos mais polêmicos no setor. A audiência pública aberta pela Aneel recebeu 143 contribuições, dos quais 20% foram aceitas, 35% parcialmente aceitas e 45% rejeitadas. No ano passado, a conta de subsídios atingiu R\$ 18,291 bilhões, dos quais R\$ 15,3 bilhões foram pagos pelos consumidores.

Descontos

A CDE também arrecada recursos que permitem descontos a diversos grupos de interesse, que vão desde famílias de baixa renda a setores como o agricultura e irrigação. Neste ano, o valor para esses grupos será de R\$ 6,176 bilhões.

No ano passado, o valor foi de R\$ 6,156 bilhões, que foram divididos entre os consumidores de todo o País. Ou seja, 80 milhões de clientes pagaram para que os beneficiários tivessem um desconto médio de R\$ 45,00 em suas contas. De acordo com a Aneel, o desconto médio neste ano será corrigido pela inflação.

Também recebem descontos empresas que fornecem serviços públicos de água, esgoto e saneamento e fontes incentivadas – como eólica, solar, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e cogeração. Nesse caso específico, as duas pontas têm benefícios: as usinas que produzem a energia e o comprador do insumo, como o comércio e a indústria.

Cobrança irregular de encargo deve encarecer conta de luz em até 6%

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A conta de luz do consumidor de energia de todo o País poderá subir até 6% neste ano. As cobranças irregulares incluídas no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um encargo cobrado mensalmente da população e das empresas para bancar custos de universalização de energia, subsidiar programas sociais do setor e financiar as indenizações das concessões elétricas, estão por trás desse aumento. A conta bilionária vai ser definida nesta terça-feira, 7, em audiência pública realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O aumento expressivo decorrente de irregularidades, apurou o jornal **O Estado de S. Paulo**, foi alertado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Todo ano, a agência reguladora define um orçamento para CDE. Depois de analisar os custos incluídos no orçamento do encargo, a Abrace apontou que diversas cobranças indevidas foram realizadas entre 1998 e 2011.

O caso mais notório diz respeito à apropriação irregular, pela Eletrobras, de pagamentos recolhidos para amortizar financiamentos concedidos para empresas da própria estatal, em condições mais vantajosas que aquelas praticadas pelo mercado.

Depois de analisar a queixa no ano passado, a Aneel concordou que a estatal deveria devolver R\$ 2 bilhões ao fundo da CDE, por conta dessas irregularidades. Esse valor, no entanto, acabou não entrando no orçamento do encargo que a Eletrobras enviou para a agência neste ano.

Isso significa que o valor acumulado, que, com as devidas correções, já ultrapassa R\$ 3,7 bilhões, turbinou o orçamento do fundo, o qual tem previsão de chegar a R\$ 14 bilhões, em vez de ficar na casa dos R\$ 10 bilhões.

Uma segunda conta avaliada em mais R\$ 2 bilhões tinha que ter saído das cobranças previstas para este ano, mas também está na lista do orçamento de 2017 para ser cobrada do cidadão.

Os cálculos da Abrace demonstraram que, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2015, a compra de combustível para abastecer usinas térmicas – a maior parte delas no Amazonas – teve um recolhimento de R\$ 2 bilhões acima da própria capacidade de consumo dessas térmicas, ou seja, recolheu-se muito mais dinheiro que o necessário para pagar pela compra desse insumo. Para complicar a situação, o recurso foi usado, embora não haja clareza sobre em que foi gasto.

Somados, os dois rombos previstos no orçamento da CDE chegam a R\$ 5,7 bilhões. Caso a Aneel confirme essas cobranças, esse valor terá impacto de até 6% na conta de luz, dado que, para cada R\$ 1 bilhão de cobrança no setor elétrico, há repercussão média de 1% de aumento na conta de luz.

A eventual aprovação do orçamento com a inclusão desses dois problemas contraria decisões da própria Aneel em avaliações anteriores. No ano passado, a diretoria da agência chegou a emitir um despacho, no qual determinava que a Eletrobras, então gestora da CDE – a partir deste ano, a gestão será feita pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) -, devolvesse o valor de R\$ 2 bilhões atrelados à apropriação indevida. No orçamento deste ano, porém, a agência não se opôs ao fato de a Eletrobras ter apresentado uma tabela sem considerar o ajuste que a própria Aneel exigia.

Questionada sobre o assunto, a agência não fez comentários, limitando-se a afirmar que a audiência pública que define as cotas da CDE está pautada para apresentar seu resultado na reunião pública desta terça-feira, 7. A Eletrobras não se manifestou sobre o tema até o fechamento desta reportagem. A Abrace também não comentou.

Meirelles: governo trabalha para 'maior adequação no tamanho do BNDES'

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira, 7, durante evento do Banco Central, em Brasília, que o governo trabalha para “maior adequação no tamanho do BNDES”.

“Houve uma medida importante, que foi o pré-pagamento de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro”, citou. De acordo com Meirelles, nos últimos anos subiram os empréstimos entre Tesouro e BNDES. Agora, este pré-pagamento representa cerca de 20% do total de empréstimos. “Trabalhamos com o BNDES a respeito do melhor papel para o banco”, disse Meirelles.

Ex-presidente do BC, Armínio Fraga afirmou que, mais importante que a “adivinhação” do tamanho ideal do BNDES, é definir critérios para que o banco faça empréstimos. “É importante ter em mente que, a partir de critérios, a redução do tamanho do BNDES será um sinal de sucesso. De um País que caminha para taxas mais baixas para todo mundo”, defendeu.

Também ex-presidente do BC, Gustavo Loyola afirmou que a questão do BNDES é mais “qualitativa que quantitativa”. “O banco tem que encontrar seu lugar. Estou otimista quanto ao estabelecimento destes critérios, destas linhas mestras, para potencializar o crescimento do crédito, do País e do mercado de capitais. O BNDES não pode ser inibidor de crescimento do mercado de capitais”, afirmou. “No final, o BNDES

não vai reduzir de tamanho, vai crescer. Mas o mercado de capitais vai crescer mais”, disse.

De acordo com Meirelles, com a normalização da economia, “é viável pensar também em convergência maior de taxas do BNDES com as do mercado”. “Isso pode, sim, caminhar. O BNDES pode, sim, achar, com o tempo, melhor o seu lugar”, afirmou o ministro.

Governo está envolvido em medidas para aumentar produtividade, diz Meirelles

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, iniciou participação no seminário sobre o spread organizado pelo Banco Central com a lembrança de que o governo está envolvido em medidas para aumentar a produtividade da economia e o crescimento potencial nos próximos anos. Nesse esforço, a redução dos custos do crédito na economia é um dos pilares.

“Além da agenda de estabilização macroeconômica, do ajuste fiscal e do trabalho da política monetária, estamos trabalhando em conjunto visando enfrentar questões que prejudicam o ambiente de negócios. O spread e custo de crédito é um delas”, disse Meirelles.

“Nós temos um estudo feito em conjunto com o Banco Mundial olhando o ambiente de negócios no mundo inteiro e os temas mais relevantes para o Brasil, onde o País tem posição bastante desfavorável.”

Diante desse diagnóstico, o governo tem atuado em algumas frentes, como o crédito, operação do sistema e acesso ao mercado de capitais. Uma das iniciativas citadas pelo ministro é a criação da duplicata eletrônica. “É a criação de ambiente centralizado não só para registro de duplicatas como também os recebíveis de cartão de crédito e outros”, disse Meirelles.

Lei de falência

O ministro afirmou, durante evento do Banco Central, em Brasília, que o governo tem um grupo de trabalho para elaborar projeto de lei para falências e recuperação judicial de empresas. “Aqui, existe participação do governo e do setor privado, não só do sistema financeiro”, afirmou. “A ideia é reduzir prazos e custos de recuperação. É dar mais poder aos credores, que são as instituições financeiras, os trabalhadores”, citou.

Outra proposta é incentivar novos aportes na empresa em recuperação judicial. “Há casos de empresas que têm ativos relevantes para vender, mas não conseguem por conta de dificuldades na sucessão”, disse Meirelles.

Em outro momento, Meirelles citou ainda medida recente do governo, que permite a cobrança de preços diferentes no varejo, conforme o meio de pagamento. Além disso, lembrou da universalização da forma de pagamento por meio de cartões, que permite que uma máquina aceite todas as bandeiras.

LIG

Meirelles destacou a regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG), que está em andamento, como medida que busca aumentar a abrangência do mercado de capitais.

"A estabilidade econômica permitirá ainda o lançamento sequencial de outros papéis, como debêntures", citou. "Quando aumenta a previsibilidade, aumenta claramente a profundidade e a abrangência do mercado. A previsibilidade é fundamental."

O ministro da Fazenda defendeu ainda que as medidas do governo terão também impactos independentes da questão de redução de custos de crédito. "Mostramos até agora que a estabilidade leva a maior abrangência do mercado, porque diminui a volatilidade. Por outro lado, maior operacionalidade no crédito também leva a aumento da estabilidade."

Teto de gastos

Durante sua fala no evento do Banco Central, Meirelles defendeu a limitação do teto de gastos e a reforma da Previdência como medidas "cruciais" para o País. "Nosso primeiro foco foram as reformas macroeconômicas, com mudanças constitucionais. Atacamos diretamente esta questão estrutural (teto e Previdência)", afirmou. "Olhando à frente, não há dúvida de que reformas microeconômicas são importantes para aumento da produtividade da economia", acrescentou. "O problema do spread é abrangente e estamos apenas no início. Teremos nos próximos anos consequências positivas."

Alienação fiduciária

O ministro da Fazenda afirmou ainda que o governo trabalha em mudanças para a alienação fiduciária no Brasil. Segundo ele, a ideia é de uma nova sistemática em que se defina o preço do imóvel quando mandado a leilão. "O valor do IPTU ou o valor que consta no contrato. Passa a ser o valor em que o bem foi a leilão", disse Meirelles. "Passa a ser o valor em que o bem foi a leilão", citou, sem dar mais detalhes.

Meirelles afirmou ainda que o governo quer assegurar o direito de preferência do devedor nos leilões de imóveis, mas apenas a partir da segunda rodada. "O devedor não teria direito de preferência na primeira rodada, para que ele não seja levado a comprar mais barato na primeira rodada do leilão", explicou.

O ministro participou nesta terça do "Painel Projeto Spread Bancário", promovido pelo Banco Central, em Brasília. Além dele, participam do evento o presidente do BC, Ilan Goldfajn, e os ex-presidentes do BC Armínio Fraga e Gustavo Loyola.

Governo não adotará 'medidas voluntaristas' para reduzir spread, diz Ilan

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo não vai adotar medidas "voluntaristas" para a redução do spread bancário – diferença entre a taxa de captação dos bancos e o juro praticado aos clientes – porque esse tipo de iniciativa gera queda inicial do custo do crédito, mas resulta em elevação posterior. A explicação foi dada nesta terça-feira, 7, pelo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, durante seminário sobre o spread bancário.

Ele participou do "Painel Projeto Spread Bancário", promovido pelo Banco Central, em Brasília. Além de Ilan, participam do evento o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e os ex-presidentes do BC Armínio Fraga e Gustavo Loyola.

"Estamos procurando a redução estrutural e sustentável do custo de crédito. Essas duas palavras não são escolhidas coincidentemente. É estrutural para que sejam medidas que, de fato, levem à queda do custo do crédito e sustentável porque não queremos mais experimentos voluntaristas que levam à queda e depois a gente sabe volta", disse Ilan Goldfajn.

O presidente do BC notou que a agenda de redução dos spreads bancários faz parte do conjunto de reformas econômicas executada pelo governo federal. "São reformas que têm como objetivo melhorar o ambiente de negócios. Isso (o spread) se insere nisso: vai aumentar a eficiência e a produtividade da economia. E vai permitir que a economia cresça com produtividade", disse.

Goldfajn nota que, com mais eficiência na economia, o custo de crédito cairá estruturalmente. "Com a eficiência, a taxa estrutural da economia também poderá ser menor no médio e longo prazos."

Medidas

A apresentação de Ilan Goldfajn sobre a evolução dos spreads bancários tem a segurança das operações de crédito como uma das principais mensagens. Goldfajn defende medidas para que as operações sejam consideradas mais seguras contra o calote para os bancos. Quando há garantias – como no financiamento imobiliário e consignado -, os juros são menores e houve grande crescimento nos últimos anos, disse.

"Na pessoa física, há dois componentes (do mercado de crédito) que cresceram muito ao longo dos últimos anos. A primeira é o crédito habitacional e a segunda é consignado. Quando você tem certa segurança no empréstimo, (a operação) cresce. Não tem nada de muito complexo", afirmou Goldfajn.

O presidente do BC destacou diversas vezes na apresentação que o crescimento das hipotecas e do empréstimo com desconto em folha é explicada especialmente porque essas operações fornecem garantias aos bancos que concedem o crédito. "Aqueles parcelas do crédito que têm garantias estão crescendo", repetiu.

"Parte das medidas (para redução do spread) tem que vir da segurança, da redução da incerteza", disse.

Ilan Goldfajn notou que essas medidas em estudo fazem parte de dois dos quatro pilares de ação anunciadas pela entidade. "A redução do spread é uma agenda bem importante."

Média dos 5 anos

O presidente do Banco Central apresentou durante evento da instituição em Brasília, uma série de dados sobre o spread bancário no País, tendo como foco os últimos cinco anos (2011 a 2016). De acordo com ele, o spread médio nas operações de crédito brasileiras nos últimos cinco anos foi de 16,9 pontos percentuais. Este valor leva em conta o crédito com recursos livres e direcionados (BNDES e poupança).

Ilan apresentou ainda números que mostram a decomposição do spread no Brasil: 53,5% são justificados pela inadimplência; 5,1% pelo custo administrativo; 23,8% por lucros e outros; 15,8% por impostos diretos; e 1,8% por compulsórios, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

"Estamos preocupados não é exatamente com o número ou com a vírgula, mas na direção do spread", afirmou Ilan Goldfajn ao apresentar os dados. Ele destacou a queda do spread verificada de 2012 a 2014, mas ponderou que o movimento não foi sustentável. "Depois o spread subiu com a crise, e para cima do patamar em que estava. Queremos que o spread tenha queda estrutural e sustentável no longo prazo", afirmou. "Queremos trabalhar para que o spread volte a cair, não só para o valor antes da crise", acrescentou.

O presidente do BC chamou atenção ainda para o fato de o spread ter um valor maior em operações com segurança menor. "No consignado, que tem segurança maior, há diferença no spread (o spread é menor)", citou.

Ele destacou ainda que, no Brasil, metade do crédito para empresas vem hoje do BNDES e outra metade está ligado a operações com recursos livres. No caso de pessoas físicas, metade do crédito está ligado à habitação (operações direcionadas com recursos da poupança) e outra metade a recursos livres. "Ao longo do tempo, o crédito direcionado foi aumentando", disse.

Crédito livre

O presidente do Banco Central defendeu que uma maior parcela do crédito livre permite maior potência da política monetária no Brasil. Durante evento da instituição em Brasília, ele afirmou que estudos mostram que o crédito direcionado – aquele que inclui recursos da poupança ou do BNDES – acaba aumentando o custo total do crédito.

"Todo mundo paga meia entrada. Até minha esposa paga meia entrada, porque é professora da USP...", brincou Ilan Goldfajn, ao abordar o assunto. "Resultados preliminares de estudos indicam que o custo dos direcionamentos de crédito representa parcela importante do custo atual do crédito livre. Trabalhamos com o Banco Mundial nestes exercícios", afirmou. "Vamos reavaliar subsídios do crédito direcionado."

Segundo ele, uma maior parcela do crédito livre permitirá que o efeito dos juros (Selic) seja potencializado. Quanto maior o crédito direcionado, menos impacto a Selic tem.

O presidente do BC afirmou ainda que, no médio e no longo prazo, as medidas da instituição podem reduzir o spread e a taxa estrutural na economia. O presidente do BC citou ainda medidas que estão em andamento, como o incentivo à adimplência e a garantias.

Neste ponto, ele citou especificamente a inclusão de duplicatas numa central de registros – uma medida anunciada no ano passado pelo governo, dentro do pacote de medidas microeconômicas para impulsionar a economia.

Ilan Goldfajn citou ainda medida, oficializada em janeiro, de segmentação das instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN). "Segmentos menores terão complexidades menores, o que reduz os custos administrativos", afirmou, sobre os efeitos da nova dinâmica de enquadramento de bancos e demais instituições financeiras.

O presidente do BC lembrou ainda de medida recente da instituição, que alterou regras e simplificou o recolhimento dos compulsórios de bancos. "Ao longo dos anos, os compulsórios foram mudando.

Vocês sabem que no Brasil é assim... sai uma medida, depois sai outra... O que fizemos é dar uma limpada", disse Goldfajn. "No momento, somente simplificamos. Mas quando der espaço, vamos mexer neles", acrescentou.

Outro fator citado pelo presidente do BC é o aprimoramento da contratação de crédito por meio eletrônico. "A legislação não está inibindo, está incentivando", disse. "A própria segmentação e proporcionalidade aumenta a concorrência. A questão do cartão de crédito – limitamos o rotativo, acabamos com a exclusividade. Maquininhas agora recebem todas as bandeiras", citou.

Ilan afirmou ainda que o BC passará a acompanhar um indicador específico do spread. "Vamos escolher um indicador mensal 'símbolo' do spread."

Custo de vida tem alta de 1,04% em janeiro ante dezembro, revela Dieese

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice do Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), subiu 1,04% em janeiro ante dezembro. Em 12 meses, a variação acumulada foi de 5,37%.

Em janeiro, houve elevação para todas as faixas de renda. A maior alta foi para os mais ricos (estrato 3), com elevação de 1,31%. Na faixa intermediária (estrato 2), o avanço foi de 0,79%. E para os mais pobres (estrato 1), o crescimento da inflação ficou em 0,48%.

Na divisão por grupos de produtos e serviços, as maiores contribuições para a alta do índice geral foram de Educação e Leitura (6,61%), seguida de Transporte (1,04%), Habitação (0,90%) e Alimentação (0,26%). “Em janeiro, houve elevação do subgrupo educação (6,84%), uma vez que os cursos formais aumentaram 8,02%, devido ao reajuste das mensalidades escolares”, diz o relatório.

Na categoria Alimentação, as refeições fora do domicílio ficaram 0,94% mais caras, enquanto na indústria alimentícia houve alta de 0,84% e os produtos in natura e semielaborados caíram -0,51%. Nesse último segmento, raízes e tubérculos puxaram a queda, com baixa de 6,44%. Grãos (-6,21%) e leite in natura (-2,61%) também ficaram mais baratos.

Dos dez grupos de produtos e serviços pesquisados, a única queda em janeiro, na margem, foi em Vestuário (-0,57%), puxada pela retração nos preços de roupas (-1,42%), enquanto os calçados ficaram 0,52% mais caros.

Na variação acumulada em 12 meses, a maior alta é na categoria Despesas Diversas (14,98%), seguida de Despesas Pessoais (11,02%) e Educação e Leitura (8,56%). A única queda é em Equipamentos Domésticos (-0,22%), pressionado por uma retração de 3,23% em móveis e 2,92% em utensílios.

Vendas de materiais de construção no País caem 8,9% em janeiro, diz Abramat

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

As vendas da indústria de materiais de construção no País em janeiro caíram 8,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. Já em comparação com dezembro, houve alta de 1,5%. Nos últimos 12 meses encerrados em janeiro, o faturamento foi 10,9% menor ante os 12 meses anteriores.

Os dados fazem parte de pesquisa divulgada nesta terça-feira, 7, pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Os números consideram o faturamento deflacionado.

Em janeiro, o nível de emprego na indústria de materiais de construção apresentou recuo de 7,5% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Em relação ao mês de dezembro de 2016, a queda foi de 0,1%.

Em nota, a Abramat observa que as vendas seguem em baixa, porém em um ritmo mais brando do que no ano passado. A associação avalia que o mercado continua retraído em função da permanência do alto desemprego e das condições desfavoráveis de crédito, embora os índices de confiança do empresário tenham melhorado.

“Somente um conjunto de medidas de incentivo à demanda, através de políticas públicas ao setor, a efetivação das reformas estruturais, a redução de juros e a

reversão do quadro de desemprego poderão modificar a tendência atual no mercado de materiais de construção”, analisa a Abramam.

Portaria do MDIC altera procedimentos sobre operações de comércio exterior

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) publicou nesta terça-feira, 7, no Diário Oficial da União (DOU), portaria com um conjunto de medidas para simplificar as operações do comércio exterior, conforme o **Broadcast**, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, antecipou na segunda-feira (6).

Entre outras ações, a norma permite, por exemplo, que mercadorias enviadas ao exterior para venda em consignação possam ser devolvidas em prazos superiores a 720 dias e dispensa, para isso, a necessidade de manifestação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). O texto também facilita a importação de máquinas, partes e peças para a produção cinematográfica, audiovisual e de radiodifusão.

Em tentativa de acordo no setor de autopeças, Temer recebe Mauricio Macri

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em meio a um impasse em torno do novo regime de autopeças argentino, o presidente Michel Temer recebe nesta terça-feira, 7, a visita do presidente Argentino, Mauricio Macri. A cerimônia oficial de chegada de Macri está agendada para as 11h no Palácio do Planalto.

Após receber Macri, os dois chefes de Estado fazem uma reunião bilateral ampliada, seguida de “assinatura de atos”. Conforme a agenda oficial de Temer, a declaração à imprensa está prevista para as 12h40. Na sequência, Temer e Macri seguirão para o Palácio Itamaraty onde será oferecido um almoço ao presidente argentino.

Como mostrou o **Broadcast**, os presidentes do Brasil e Argentina devem reforçar a ideia de uma aliança para a retomada do crescimento em ambos os países.

Comitiva

Macri virá acompanhado do governador da Província de Córdoba, Juan Schiaretti; do governador da Província de Misiones, Hugo Passalacqua; do Chefe de Gabinete de Ministros, Marcos Peña; da Ministra de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Susana Malcorra; do ministro da Fazenda argentino, Nicolás Dujovne; Ministro de Produção, Francisco Cabrera; do Ministro de Agroindústria, Ricardo Buryaile; do Secretario de Assuntos Estratégicos, Fulvio Pompeo; do Embaixador da República Argentina em Brasília, Carlos Alfredo Magariños; do Porta-voz da Presidência, Iván Pavlovsky; do Secretario Privado do Senhor Presidente, Mariano Lomolino, e do Presidente da Agência Argentina de Investimentos e Comércio Internacional, Juan Procaccini.

Além dos compromissos no Planalto e no Itamaraty, Macri e sua ampla comitiva serão recebidos no Congresso Nacional pelos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e, em seguida, pela presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia.

Cobre cai com fortalecimento do dólar

08/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os contratos futuros de cobre recuam nesta terça-feira, pressionados por uma valorização do dólar que se sobrepôs aos temores de que a oferta mundial possa ser prejudicada por negociações trabalhistas no Chile.

Na London Metal Exchange (LME), o contrato para três meses caía 0,44%, a US\$ 5.820 a tonelada, por volta das 9h15 (de Brasília). Na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para março recuava 0,53%, a US\$ 2,6375 a libra-peso, perto das 9h23.

A moeda norte-americana tem se apreciado desde a noite de ontem, após o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) da Filadélfia, Patrick Harker, reiterar que espera três altas de juros em 2017 e afirmar um aperto monetário em março é uma possibilidade.

O movimento ofuscou as negociações trabalhistas no Chile, onde os trabalhadores ameaçam entrar em greve. O sindicato e a BHP Billiton, dona da mina, já trocaram ofertas e voltam a se encontrar na quarta-feira.

Os demais metais básicos operaram em queda na LME. O alumínio caía 0,52%, a US\$ 1.824,50 a tonelada; o chumbo recuava 0,73%, a US\$ 2.323 a tonelada; o zinco cedía 0,61%, a US\$ 2.777 a tonelada; e o estanho tinha baixa de 1,325, a US\$ 19.000 a tonelada.

Indústria do Paraná reage em dezembro

08/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

A indústria do Paraná registrou forte expansão em dezembro em relação ao mesmo período do ano passado, com avanço de 6,5%. Foi a segunda maior alta do País nessa base de comparação, atrás apenas do Pará (10,1%). Os dados foram divulgados nesta terça-feira (07) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com o mês imediatamente anterior, com o ajuste sazonal, a alta foi de 0,8%, a terceira taxa positiva consecutiva. Com isso, o Estado encerrou o quarto trimestre de 2016 com avanço de 3,3% na produção industrial em relação ao mesmo período de 2015.

A expansão já configura, de acordo com relatório do IBGE, uma reação do setor industrial no Estado e ajudou a amenizar o resultado do ano, ainda fortemente impactado pela recessão. De janeiro a dezembro, a indústria paranaense encolheu 4,3%. Ainda assim foi uma queda menos intensa do que as verificadas em 2014 (-5,1%) e 2015 (-8,8%).

Comércio do PR está mais otimista

08/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

Os empresários do comércio de bens, serviços e turismo do Paraná começaram o ano mais otimistas. De acordo com pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), 49,4% dos empresários têm expectativa de um faturamento melhor para o primeiro semestre de 2017.

Na edição anterior do estudo, referente ao segundo semestre de 2016, o índice de otimismo foi de 45,5%, e superou a mínima histórica registrada no primeiro semestre de 2016, quando era de apenas 31%.

Pela segunda vez consecutiva, verifica-se redução no índice de expectativas negativas. Passou de 25% no 1º semestre de 2016 para 16,3% no 2º semestre de 2016, chegando a 15,1% no 1º semestre de 2017.

A incerteza ainda predomina entre os empresários e chega a 30,4% neste ano, mantendo-se estável na comparação com o 2º semestre de 2016 (29,7%) e inferior ao registrado no começo do ano passado (38%).

08/02/2017 – Fonte: Bem Paraná



Após garantir um aporte de investimentos públicos e privados que totalizam cerca de R\$ 4 bilhões até 2020, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) vai priorizar ações para garantir disponibilidade de atendimento, competitividade e baixo custo operacional nos próximos anos.

A informação é do diretor-presidente (Appa), Luiz Henrique Dividino. Ele participou nesta terça-feira (07) do Fórum de Discussões Hidroviárias e Portuárias, evento em que falou sobre 'O Futuro dos Portos do Paraná'. O fórum propôs discussões sobre as perspectivas e soluções para o transporte hidroviário e portuário no Brasil.

De acordo com Dividino, entre 2011 e 2016 foram investidos nos portos do Paraná R\$ 2,6 bilhões - R\$ 624 milhões em investimentos públicos e outros R\$ 2 bilhões em investimentos privados.

“Para os próximos anos a perspectiva é ainda melhor, serão cerca de R\$ 4 bilhões e estamos trabalhando para atender cada vez mais e melhor os clientes e investidores que escolhem Paranaguá e Antonina”, declarou Dividino.

No evento também foram apresentados os projetos para melhoria da infraestrutura portuária, aquisição de equipamentos, campanhas de dragagem e ações de desenvolvimento sustentável. Dividino falou ainda sobre os gargalos logísticos e detalhou os projetos de expansão da Appa.

O Fórum reuniu especialistas para debater os principais aspectos do transporte aquaviário, como a modernização da infraestrutura, regulamentação do setor, condições dos portos brasileiros, entre outros temas.

O evento foi promovido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), juntamente com o Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura, com apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

TRANSPORTE EM EXPANSÃO - O Brasil tem 7.408 quilômetros de costa e 13 mil quilômetros de vias navegáveis.

Para Eduardo Ratton, superintendente da UFPR/ITTI, o transporte aquaviário está em plena expansão no mundo inteiro. Porém, sua viabilidade depende da constante modernização da infraestrutura, como no caso dos portos. “Por isso, a relevância de um evento como este para ampliar o entendimento sobre o setor”.

Além da Appa, o Fórum reuniu palestrantes da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antag), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Conselho Nacional de Praticagem, da Secretaria de Portos e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Lucro da Rio Tinto dispara com alta dos preços das matérias-primas

08/02/2017 – Fonte: UOL Economia

O lucro do grupo de mineração Rio Tinto disparou em 2016 com o aumento do preço das matérias-primas, anunciou o grupo anglo-australiano, que reverteu as perdas de 2015.

O lucro líquido anual da segunda maior empresa de mineração do mundo foi de 4,62 bilhões de dólares em 2016, após uma perda de 866 milhões em 2015, quando as matérias-primas registraram queda e a China reduziu a demanda.

O resultado é reflexo da recuperação dos preços e das melhores perspectivas para o setor.

O preço do minério de ferro, um dos principais produtos da Rio Tinto, passou de menos de 40 dólares a tonelada há um ano para 80 dólares no início de 2017.

"Começamos 2017 em boa forma", afirmou o diretor executivo da empresa, Jean-Sebastien Jacques, em um comunicado, no qual informa que a Rio Tinto pagará 3,6 bilhões de dólares aos acionistas.

O lucro subjacente, considerado mais preciso, foi de 5,1 bilhões de dólares, 12% a mais que em 2015.

Em um ano, as ações da empresa subiram mais de 60%.

Inflação em janeiro acelera para 0,38%, mas é a menor para o mês desde 1994

08/02/2017 – Fonte: UOL Economia

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial, acelerou para 0,38% em janeiro, após ficar em 0,3% em dezembro.

As informações foram divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (8). Foi a menor alta de preços para janeiro desde 1994, quando começa o Plano Real. O órgão não compara a inflação de períodos com moedas diferentes.

Em janeiro do ano passado, o IPCA foi de 1,27%.

A meta em 2017 é manter a inflação em 4,5% ao ano, mas há uma tolerância de 1,5 ponto, ou seja, pode variar entre 3% e 6%.

No ano passado, a inflação oficial no Brasil foi de 6,29%, dentro do limite máximo da meta. O objetivo era manter a alta dos preços em 4,5% ao ano, mas com tolerância de dois pontos para mais ou para menos, ou seja, podendo variar entre 2,5% e 6,5%.

No acumulado de 12 meses, o índice acumula alta de 5,35%.

Passagem de ônibus

O aumento da passagem do transporte público (+0,77%), principalmente dos ônibus urbanos, teve o maior peso na alta do IPCA neste mês.

Em média, a tarifa de ônibus ficou 2,84% mais cara. Das 13 regiões pesquisadas pelo IBGE, a passagem subiu em oito, sendo Brasília (+14,75%) e Vitória (+15,19%) as cidades com maior aumento.

As despesas com transporte também foram encarecidas pelo preço maior dos combustíveis (+1,28%). O litro do etanol subiu 3,1%, e o da gasolina, 0,84%.

Já as passagens aéreas, que haviam subido 26,29% em dezembro, caíram 7,36% no mês passado.

Juros X Inflação

No mês passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu cortar a taxa básica de juros (Selic) pela terceira vez seguida. A Selic caiu 0,75 ponto percentual, para 13% ano.

Foi o maior corte em quase cinco anos.

Os juros são usados pelo Banco Central para tentar controlar a inflação. De modo geral, quando a inflação está alta, o BC sobe os juros para reduzir o consumo e forçar os preços a caírem. Quando a inflação está baixa, o BC derruba os juros para estimular o consumo.

A inflação mais baixa que o esperado em 2016 contribuiu para a decisão do Copom de reduzir os juros.

Indústrias Romi reverte lucro e perde R\$ 20 milhões no 4º trimestre

08/02/2017 – Fonte: UOL Economia

A fabricante de máquinas e equipamentos Indústrias Romi registrou um prejuízo líquido de R\$ 20,2 milhões no quarto trimestre, revertendo lucro líquido de R\$ 23,1 milhões de igual período de 2015.

A receita líquida somou R\$ 153,7 milhões de outubro a dezembro, numa queda de 27,6% na comparação anual. "Essa redução foi representada, em sua maioria, pela queda de 65,9% no faturamento da subsidiária alemã B+W, decorrente do menor volume de entrada de pedidos da China no segundo semestre de 2015, que refletiu no faturamento do quarto trimestre de 2016", afirma a Romi.

O mercado doméstico foi responsável por 61% da receita consolidada da Romi no quarto trimestre, contra 41% no mesmo período de 2015. A receita obtida no mercado externo somou US\$ 18,4 milhões no trimestre, queda de 43% na base anual.

Empresas oferecem benefícios incríveis e incomuns a funcionários

08/02/2017 – Fonte: UOL Economia

Os benefícios oferecidos atualmente pelas empresas vão além do tradicional punhado de dias de férias remuneradas. Na tentativa de atrair os melhores e mais brilhantes profissionais -- e convencê-los a ficar --, algumas empresas americanas estão oferecendo de tudo, desde o reembolso das mensalidades da universidade até limpeza de carros.

Algumas das melhores regalias, e também as mais incomuns, vêm de empresas suecas, consultorias e gigantes das redes sociais, segundo um estudo sobre benefícios divulgado na terça-feira pelo site especializado em carreiras Glassdoor. O estudo focou nos raros e exitosos benefícios oferecidos pelas empresas.

A Ikea, por exemplo, conseguiu uma nota 4,4 de um máximo de 5 para os benefícios globais, entre as mais altas registradas pelas empresas analisadas pelo Glassdoor. A nota foi calculada com base nas pontuações de um a cinco que os usuários

compartilham no serviço. Cinco, a nota mais alta, indica que o funcionário está "muito satisfeito" com um benefício ou regalia.

A licença parental remunerada para funcionários que trabalham em horário completo ou em meio período ajudou a gigante da indústria de móveis a alcançar essa pontuação elevada. A Bain & Co. teve uma nota de 4,7, graças em parte a regalias de viagens, e o Facebook, conhecido pelo ótimo plano de saúde e pelos altos salários, também recebeu 4,7. O Starbucks, que oferece reembolso de mensalidades para funcionários que estudam on-line na Universidade do Estado do Arizona, somou 4,3.

Uma das poucas instituições financeiras da lista, o Goldman Sachs ganhou uma classificação de 4,1 em termos de benefícios. Entre os mais destacados está a cobertura da cirurgia de mudança de sexo, oferecida pela instituição desde 2008.

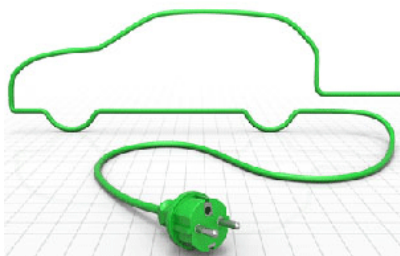
Entre os benefícios mais incomuns estão cortes de cabelo, tratamentos em spas e intervenções odontológicas, todos oferecidos pela empresa de biotecnologia Genentech, que ganhou uma classificação de 4,3. A empresa de varejo Timberland oferece 40 horas de tempo remunerado livre (para ser gasto com voluntariado) e a Deloitte oferece períodos sabáticos com remuneração parcial.

No tocante a quais benefícios animam os funcionários, a assistência médica está no topo da lista, seguida de descanso remunerado e planos de aposentadoria, segundo pesquisa realizada pelo Glassdoor.

As regalias mais deliciosas são as da In-N-Out Burgers. A rede de fast-food oferece gratuitamente um hambúrguer Double-Double e batata frita a cada turno. Não se sabe se a regalia inclui a adorada opção Animal Style.

Bosch cria área voltada à mobilidade elétrica

08/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A Bosch está estabelecendo uma operação com foco na mobilidade elétrica. A unidade fará parte da nova divisão voltada a soluções de powertrain. A partir do início de 2018 essa nova área incluirá as atividades da empresa com foco em propulsão elétrica, assim como as atuais divisões para sistemas a gasolina e a diesel. Assim, a Bosch passará a oferecer às montadoras todas as tecnologias de powertrain a partir de uma única fonte.

A companhia estima que quase 20 milhões de veículos híbridos e elétricos serão produzidos em 2025 em todo o mundo, daí a criação de uma nova área. Paralelamente à expansão da mobilidade elétrica, a Bosch informa que trabalhará no aprimoramento das tecnologias de combustão, pois além daqueles 20 milhões de híbridos e elétricos em 2025 haverá cerca de 85 milhões de novos modelos a gasolina ou a diesel.

“Embora ainda não esteja claro qual será o powertrain ou combinação que prevalecerá, continuaremos ampliando nosso know-how”, afirma o presidente para soluções de mobilidade da Bosch, Rolf Bulander.

A divisão de soluções de powertrain terá aproximadamente 88 mil funcionários em mais de 60 localidades e em 25 países.

Ganhos da GM se concentram nos Estados Unidos

08/02/2017 – Fonte: Automotive Business



O balanço financeiro da General Motors mostra que em 2016 os ganhos ficaram concentrados dentro do país sede, os Estados Unidos, onde a empresa bateu recordes de vendas.

Entre as operações internacionais, a companhia continua lucrando na Ásia, mais especificamente na China, em proporção 10 vezes menor do que na América do Norte, mas segue perdendo dinheiro na América do Sul e Europa, ainda que tenha conseguido reduzir os prejuízos nessas duas regiões à metade do que foi registrado em 2015.

Apesar da pequena alta de 1,2% nas vendas de veículos no mundo todo, somando o recorde 10 milhões de unidades comercializadas em 2016, houve bom crescimento de 9,2% no faturamento global, que somou US\$ 166,4 bilhões, mas o ganho financeiro da GM teve leve recuo.

O lucro líquido de US\$ 9,4 bilhões foi 2,7% menor do que o apurado em 2015. O resultado foi particularmente afetado pelo avanço de despesas não relacionadas à operação principal da empresa (fabricar e vender veículos), como pagamento de juros (US\$ 572 milhões), impostos (US\$ 2,4 bilhões) e US\$ 300 milhões ainda devidos pelo recall provocado pela falha na chave de ignição de carros antigos vendidos nos EUA.

Por isso o Ebit (lucro antes de juros e impostos) anotou robusta expansão de quase 16% no ano passado sobre o anterior, somando US\$ 12,5 bilhões.

REGIÕES

Quase todo o Ebit de 2016 foi consolidado na América do Norte (EUA, Canadá e México), onde a GM faturou US\$ 119 bilhões (mais de 70% da receita global) e apurou ganho operacional antes de impostos e juros de US\$ 12 bilhões, 9% ou US\$ 1 bilhão maior do que um ano antes.

O bom resultado pode ser explicado pelas vendas de veículos de maior valor agregado, já que o total de 3,6 milhões de unidades vendidas nos três países significaram inexpressiva alta de apenas 0,5% sobre 2015 – e nos EUA, que respondeu por 84% das compras com 3 milhões de unidades, houve pequeno recuo de 1,3% nos negócios.

Na região como um todo foram comercializados 36% de todos os carros produzidos pela GM no ano.

A divisão de operações internacionais (GMIO), que inclui Ásia-Pacífico, Oriente Médio e África, respondeu pela maior parte dos veículos vendidos pela GM no mundo (46%, ou 4,59 milhões de unidades, em alta de 1,3%), graças ao expressivo consumo da China, mas o desempenho financeiro é fraco. O lucro operacional (Ebit) obtido nessas regiões foi de US\$ 1,1 bilhão, em expressiva queda de 21,4% sobre 2015.

O pior resultado, tanto financeiro como em volumes, foi registrado pela GMSA, que cobre toda a América do Sul.

A companhia comercializou 584 mil veículos na região, o que representou queda de 9,5% sobre 2015, com Brasil encabeçando 59% das vendas e influenciando mais negativamente o desempenho.

Nem mesmo a liderança no mercado brasileiro salvou o ano na região, onde o Ebit apurado resultou em prejuízo de US\$ 400 milhões. Mesmo assim as perdas foram US\$ 200 milhões menores do que em 2015, graças a cortes de custos, segundo a GM.

A GM Europa também seguiu no vermelho em 2016, registrando prejuízo operacional de US\$ 300 milhões, ou US\$ 500 milhões menor do que em 2015. A companhia atribui o resultado negativo ao Brexit – a votação que decidiu a saída do Reino Unido da União Europeia –, que pelos cálculos da GM já custou algo como US\$ 300 milhões e impediu a divisão de chegar ao equilíbrio financeiro na região, como estava previsto. Os mercados europeus compraram 1,2 milhão de veículos produzidos pela GM – principalmente das marcas Opel e Vauxhall –, em alta de 2,6% sobre o ano anterior.

PROJEÇÕES PARA 2017

Para 2017 a GM espera manter ou até melhorar o lucro operacional obtido em 2016. Até 2020 a companhia deverá renovar 38% de sua linha de produtos, contra 26% no período 2011-2016, com lançamento de veículos completamente novos ou renovações, com foco principalmente em picapes, SUVs e crossovers, que deverão representar a maioria das novidades.

Para o período 2015-2018, a GM elevou em US\$ 1 bilhão sua meta de aumento de cortes de custos, para US\$ 6,5 bilhões.

Importadores têm queda de 47% em janeiro

08/02/2017 – Fonte: Automotive Business



O ano também começou devagar para o segmento de veículos importados. Em janeiro os importadores associados à Abeifa venderam apenas 1.945 unidades, volume 47% menor que o registrado há um ano, quando os licenciamentos somaram 3.672, segundo dados divulgados na terça-feira, 7, pela entidade que reúne importadoras e fabricantes.

O total importado pelas 18 marcas associadas representou 1,35% dos veículos emplacados no primeiro mês do ano, que foi de 143,5 mil unidades, e 12% de todos os carros estrangeiros vendidos no Brasil no mês passado.

Com relação a dezembro, quando os importadores licenciaram 3.336 unidades, houve recuo de 41,7%, aponta a entidade.

“Os primeiros meses do ano são, historicamente, muito fracos para o setor automotivo, mas no caso dos veículos importados os baixos volumes de vendas são preocupantes, sobretudo porque estamos contingenciados por sistema de cotas, até o limite de 400 unidades por mês, ou 4.800 unidades anuais, sem os 30 pontos percentuais adicionais de IPI.

Fora dessas cotas, os nossos produtos perdem competitividade nos preços ao consumidor final”, argumenta o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini.

A produção de veículos pelas associadas da Abeifa fechou janeiro com 973 unidades, acima das 634 de janeiro do ano passado. Este volume representa 0,77% do total produzido pela indústria nacional, que foi de 149,2 mil automóveis em janeiro. Com os totais somados – importados e produção nacional -, a participação da Abeifa fica em 2,88% em janeiro de 2017.

Déficit das autopeças soma US\$ 5,3 bi em 2016

08/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A balança comercial de autopeças fechou 2016 com déficit de US\$ 5,3 bilhões, um saldo 6% inferior ao registrado em 2015. Os fabricantes enviaram US\$ 6,57 bilhões em produtos para o exterior, mas trouxeram US\$ 11,82 bilhões.

Segundo o Sindipeças, entidade que reúne fabricantes do setor, a valorização da taxa de câmbio efetiva real da produção de veículos, o ambiente econômico e as dificuldades enfrentadas pela Argentina (principal destino dos componentes brasileiros) ajudam a explicar o porquê de as exportações recuarem de forma mais intensa do que as importações em 2016.

As exportações recuaram 13,5% em relação a 2015. Destacam-se os casos da Argentina (-25,1%), México (-13,4%), Estados Unidos (-13,1%) e Alemanha (-10,2%), países que representam mais de 60% do total dos embarques.

Por outro lado, destinos menos representativos como Tailândia, Suécia, França, Itália e Hungria anotaram crescimento e revelam o esforço das empresas em ampliar seus mercados.

Os três principais compradores das autopeças brasileiras foram Argentina (US\$ 1,84 bilhão), Estados Unidos (US\$ 1,06 bilhão) e México (US\$ 618 milhões).

As importações anotaram recuo de 9,8% como consequência da fraca demanda interna de veículos. As compras provenientes de vários mercados registraram queda de dois dígitos, como por exemplo Coreia do Sul (-27,3%), Japão (-26,2%), Índia (-24,6%), Itália (-14,2%), China (-12,5), Argentina (-11,9%) e Tailândia (-11,8%).

Os Estados Unidos fecharam 2016 como o maior fornecedor ao Brasil (US\$ 1,66 bilhão em componentes enviados).

Na disputa entre Alemanha e China pelo segundo lugar, o país europeu levou pequena vantagem e fechou o ano com US\$ 1,24 bilhão em itens enviados, ante US\$ 1,2 bilhão dos chineses.

Implementos começam o ano em baixa

08/02/2017 – Fonte: Automotive Business



Assim como as vendas de caminhões, as de implementos rodoviários também começaram o ano em tendência de queda. Os emplacamentos registrados em janeiro ficaram 26,3% abaixo de mesmo mês do ano passado: foram 3.473 unidades contra as 4.713, entre leves e pesados. Os dados são da Anfir, associação que reúne as fabricantes de implementos.

Embora tenha encerrado o primeiro mês do ano com volume maior, o segmento leve, que considera carrocerias sobre chassis, observou a maior queda na comparação anual, de iguais 26,3% do segmento em geral, passando de 3.014 unidades para 2.006. Já no de pesados, que compreende reboques e semirreboques, houve recuo de 13,6%, para 1.467 produtos emplacados.

Desde o fim de 2016, a Anfir aposta em uma retomada para este ano: "Acreditamos que ao final do ano teremos registrado desempenho positivo de aproximadamente 10%", afirma o presidente da entidade, Alcides Braga.

Entre os fatores que podem influenciar esta esperada recuperação, o executivo aponta efeitos positivos observados no segundo semestre do ano passado. "Contamos também com os planos do governo em realizar novos empreendimentos de infraestrutura com mais ações de investimento do BNDES e sem deixar de lado o bom desempenho da agricultura que deverá registrar nova safra recorde", completa.

Além disso, a Anfir aposta no aumento das exportações a partir de seu projeto criado no ano passado em parceria com a Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), que visa aproximar as empresas da indústria brasileira de potenciais mercados e clientes, especialmente na América do Sul. O volume de negócios é estimado em US\$ 35,1 milhões. "Uma parte dessa receita poderá ser contabilizada já neste ano com a conclusão das vendas", afirma Mario Rinaldi, diretor executivo da Anfir.

A realização da Fenatran, maior feira do setor de veículos comerciais na América Latina, também é apontada como fator positivo para este ano. "O evento é tradicionalmente um polo gerador de negócios por concentrar a atenção de todo o setor de logística de carga rodoviária", finaliza Rinaldi.

Gühring apresenta sua nova linha de brocas

08/02/2017 – Fonte: CIMM

A RT 100 S pode produzir no mínimo 30% a mais que uma broca tradicional.

A Gühring Brasil começou o ano lançando no mercado brasileiro sua nova linha de brocas RT 100 S, indicada para usinagem de aços em geral, de alta resistência e baixa liga.

Essa diversidade é possível graças ao acabamento espelhado dos canais e à sua microgeometria, que a torna uma ferramenta ideal a indústria automotiva, de autopeças, de ferramentaria e de aplicações gerais. "A RT 100 S é uma ferramenta

estável, com tolerâncias de fabricação refinadas que garantem maior solidez na aplicação”, explica Neider Oliveira Soares, engenheiro de aplicação da Gühring”.

É uma broca voltada para furação de aços, principalmente, nos casos onde há comprometimento da vida da ferramenta, pois esta linha tem qualidade premium, que aumenta a sua performance e deixa a aplicação mais robusta. “Além disso, é uma ferramenta com custo garantido sem oscilações de vida, já que as alternâncias geram refugos para o cliente e também quebras de brocas”, ressalta Soares.

Produzida com metal duro e resistente ao desgaste, a RT 100 S é uma ferramenta sofisticada de alta qualidade, cujo foco é o custo por peça, podendo produzir no mínimo 30% a mais que uma broca tradicional e de forma constante. Entre as características principais, encontra-se o alto nível de tratamento dos canais, o polimento especial, a microgeometria na afiação, a cobertura TipCoalt e a garantia na estabilidade do processo de furação.

Exportação industrial de transformação subiu 5,6% em 2016, diz Firjan

08/02/2017 – Fonte: CIMM

O volume de exportação da produção industrial de transformação brasileira subiu 5,6% em 2016, embora a produção tenha caído 6,1% no ano passado. Os dados estão em uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado (Firjan) divulgado hoje (6), no Rio de Janeiro, que mede o Índice de Produção Exportada (IFPE). O IFPE mede a parcela da produção da indústria de transformação destinada às vendas externas.

A conjugação do cenário de queda da atividade econômica com a depreciação da taxa de câmbio contribuiu para o resultado do índice, que passou de 16,2%, em 2015, para 17,3%, no ano passado, maior valor da série história iniciada em 2003, depois de ficar em 17,8% no primeiro semestre, disse o coordenador de Estudos Econômicos do Sistema Firjan, Jonathas Goulart. O recuo de 17,8% para 17,3% acompanhou a apreciação de 11,6% do real no segundo semestre.

“A gente pode falar que o aumento da produção exportada foi influenciado pela desvalorização do câmbio, mas o recorde que a gente tem no IFPE foi direcionado pela queda da produção interna. Ou seja, a redução da atividade fez com que boa parte da nossa produção não fosse absorvida pelo mercado interno. Ela foi direcionada para a exportação”, disse.

Goulart disse que apesar de o efeito da desvalorização do câmbio ter ampliado a capacidade exportadora da indústria, o setor externo não foi suficiente para absorver nem impulsionar a atividade econômica do Brasil como um todo, uma vez que a produção industrial experimentou queda de 6,1%. O economista disse também que o aumento da quantidade exportada não significa a conquista de mercados novos pelo país. “Ele foi, simplesmente, o efeito de uma depreciação do câmbio no período”.

Perspectivas

Goulart disse que para que o Brasil consiga aumentar a produção exportada, ter novos mercados e mais relevância internacional, é preciso tratar de outras variáveis que são mais estruturais e estão na base da competitividade brasileira, e não achar que a expansão das exportações depende da taxa de câmbio. “Muito mais relevante é a estrutura brasileira de custos; a gente fala de produtividade”.

Para os próximos anos, a expectativa é que a economia mundial cresça de forma mais significativa do que ocorreu em 2016, entretanto, a produção da indústria brasileira deverá apresentar um crescimento ainda fraco em 2017, com perspectiva de redução do Índice de Produção Exportada, fruto da combinação de aumento da produção e uma parcela do mercado internacional no mesmo nível registrado em 2016.

Segundo o economista, as reformas estruturais, em especial em relação à carga tributária, custo do trabalho e infraestrutura, são fatores essenciais para que o crescimento econômico do Brasil seja mais robusto e duradouro. Sem as reformas estruturais que reduzem com os custos da produção, Goulart disse que dificilmente a indústria nacional vai ter uma parcela maior no comércio internacional.

Setores

Entre os 24 setores da indústria de transformação pesquisados, 21 aumentaram a parcela da produção exportada em relação ao ano anterior. O economista disse que grande parte desse aumento se originou mais na queda da produção do que no aumento da exportação desses setores. Fumo e fabricação de metal, exceto máquinas e equipamentos, apresentaram menor nível de produção industrial e, ao mesmo tempo, nível recorde do índice na série histórica de cada setor, de 4,2% e 9,8%, respectivamente.

Em sete desses 21 setores, houve redução da quantidade exportada mas, ainda assim, aumentou o índice porque a produção caiu de forma considerável. "É como se o setor externo tivesse pegando a mesma quantidade que ele sempre pegou da nossa produção, só que a nossa produção foi bem menor. A desvalorização do câmbio não foi suficiente para poder aumentar a exportação desses setores", disse Goulart.

Entre os 24 setores analisados, 11 mostraram um Índice de Produção Exportada abaixo de 10%. Os dois únicos setores com parcela da produção exportada acima de 30% foram outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (57,4%), influenciado pela indústria naval, e metalurgia (37,1%), que historicamente são sempre elevados. Os números consideram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

PwC vê Brasil como a 5ª maior economia do mundo em 2050

08/02/2017 – Fonte: CIMM

Fatia de países emergentes no 'top 10' global deve crescer; primeiras posições ficam com China, Índia, Estados Unidos e Indonésia.

A PriceWaterhouseCoopers (PwC) divulgará hoje estudo que projeta o ranking das maiores economias do mundo para as próximas décadas. Apesar de passar atualmente por uma recessão, a previsão é que o Brasil chegue a 2050 como a 5.ª maior economia global – duas posições à frente da colocação atual e atrás somente de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia.

O estudo, com o título Visão de Longo Prazo: Como a Ordem Econômica Global Mudará até 2050, mostra que as grandes economias emergentes poderão crescer a um ritmo médio mais intenso, de 3,5%, nas próximas décadas, enquanto as maiores nações desenvolvidas deverão se expandir em 1,6%. O levantamento leva em conta o Produto Interno Bruto (PIB) pelo método de paridade do poder de compra.

Segundo o estudo, em 2015 o tamanho das economias desenvolvidas e o porte das emergentes tornaram-se equivalentes. Ao redor de 2040, a economia dos países emergentes deverá ser equivalente ao dobro do porte das nações desenvolvidas.

Se isso realmente ocorrer, entre 2016 e 2050, o número de emergentes no "top 10" da economia global passaria de cinco para seis. O México, que hoje está na 11.ª posição, faria parte deste "clube" já a partir de 2030, segundo a PwC. Dentre as grandes economias emergentes, a Indonésia tem o maior salto em posições previsto nos próximos 34 anos, subindo do 8.º para o 4.º lugar. O PIB do país, hoje em US\$ 3 trilhões, poderia superar US\$ 10 bilhões em 2050. O Brasil teria expansão

mais modesta – crescendo de US\$ 3,1 trilhões para US\$ 7,5 trilhões, no mesmo período.

Entre as dez maiores economias, países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Reino Unido devem perder posições no ranking nas próximas décadas. Porém, a previsão é que um único país deixe "top 10": a França. Em 2050, deve ser o 12.º maior PIB mundial.

Escala

O desempenho atual da economia brasileira é mencionado no estudo da PwC. No período entre 2016 e 2020, a economia brasileira deverá avançar cerca de 1,5% ao ano, nas contas da consultoria. Nas três décadas seguintes, o cenário melhora, variando entre 2,5% e 3% ao ano entre 2030 e 2050.

Entre os países latino-americanos, a Colômbia deverá ser o país com o maior avanço ao longo das próximas três décadas. O PIB do país pode mais do que triplicar de tamanho até 2050. Isso, porém, será insuficiente para que a Colômbia ganhe posições no ranking. Hoje na 30.ª posição, ela passaria para o 31.º lugar em 34 anos.

A Argentina também deve perder posições nas próximas décadas. Embora o PIB argentino também deverá avançar consideravelmente, o país retrocederia do 25.º para 29.º lugar, na comparação entre 2016 e 2050.

Lucro da GM desaba no quarto trimestre

08/02/2017 – Fonte: UOL Economia

A montadora americana General Motors (GM) registrou lucro líquido de US\$ 1,83 bilhão no quarto trimestre do ano passado, queda de 71% sobre o mesmo período de 2015. No acumulado de 2016, o lucro foi de US\$ 9,43 bilhões, recuo de 2,7% frente o ano anterior.

A receita líquida da companhia no trimestre foi de US\$ 43,92 bilhões, crescimento de 11% no comparativo anual, enquanto a receita de janeiro a dezembro do ano passado alcançou US\$ 166,38 bilhões, aumento de 9,2% ante 2015.

A montadora também informou um recorde de vendas em 2016, com um total de 10 milhões de veículos vendidos globalmente, alta de 1,2% sobre o volume negociado no ano anterior.

Apenas no quarto trimestre, a GM vendeu 2,78 milhões de veículos, alta de 3,3% sobre igual intervalo de 2015.

As fortes vendas ajudaram a companhia, embora a última linha do balanço tenha registrado impacto de US\$ 235 milhões relacionados a itens especiais no trimestre, como despesas legais.

"Liderado por fortes ganhos em pickups de médio porte, pequenos crossovers e grandes SUVs, a Chevrolet foi a marca dos Estados Unidos com crescimento mais rápido em 2016", diz a GM, no comunicado que acompanha o balanço.

Recuperação inesperada do setor de mineração deve beneficiar investidor

08/02/2017 – Fonte: The Wall Street Journal

Uma mina de minério de ferro da Rio Tinto em Pilbara, na Austrália. Um aumento nos preços das commodities está levando o setor de mineração a planejar o pagamento de diviendos especiais.

A Rio Tinto PLC está enfrentando um problema que poucos poderiam antecipar há um ano: o que fazer com tanto dinheiro em caixa.

Depois de um aumento nos preços que favoreceu desde minério de ferro até o cobre, a segunda maior mineradora do mundo e suas rivais, entre elas a Vale S.A., estão experimentando uma recuperação inesperada, e analistas acreditam que elas poderiam se beneficiar da reviravolta do mercado para recompensar investidores leais.

Os investidores estão antecipando uma recuperação mais ampla nos retornos do setor de mineração, e as cotações das ações estão subindo em consequência desse sentimento. O Índice de Mineração Global S&P/TSX, um indicador do desempenho das mineradoras, subiu 70% nos últimos 12 meses.

A mineradora e trading suíça Glencore PLC afirmou, em dezembro, que planeja voltar a pagar dividendos para investidores em 2017 depois de vender ativos e reduzir seu endividamento.

Investidores e analistas esperam que outras mineradoras como a Rio Tinto possam estar considerando um dividendo especial ou mesmo uma recompra de ações, embora isso só deva acontecer mais para o fim do ano, quando os executivos estarão mais confortáveis com a recuperação do mercado.

Para a Rio Tinto, os ganhos inesperados devem permitir que o diretor-presidente Jean-Sébastien Jacques, há sete meses no cargo, consiga demonstrar melhor sua estratégia para a mineradora. Investidores estão observando de perto como a mineradora está equilibrando redução de dívidas e o pagamento de dividendos e reservando dinheiro para dias difíceis. A Rio Tinto divulgou seu resultado anual na quarta-feira.

“O foco no valor do acionista é maior que antes”, diz Nicki Ivory, principal analista de mineração da consultoria Deloitte na Austrália.

A gigante anglo-australiana deve registrar um lucro anual de US\$ 5,18 bilhões em 2016, ante uma perda líquida de US\$ 866 milhões no ano anterior, segundo a mediana de previsões feitas por oito analistas. A RBC Capital Markets, braço de investimento do banco canadense RBC, estima que a Rio Tinto tenha aumentado a receita em US\$ 1,1 bilhão em 2016. Além dos preços maiores, uma campanha para elevar a produtividade está dando frutos.

A Rio Tinto está projetando que irá gerar US\$ 5 bilhões em fluxo de caixa adicional nos próximos cinco anos — uma medida calculada pela receita gerada com as operações menos os investimentos — só como resultado da iniciativa de reformar as minas.

A RBC está entre as firmas que projetam que o excesso de receita gerada em 2016 será direcionado para o pagamento de dividendos e dívida. Ela projeta um dividendo de US\$ 1,53 por ação, acima da meta da Rio Tinto de até US\$ 1,10. A Canaccord Genuity tem uma estimativa de US\$ 1,30 para 2016 e uma previsão de US\$ 1,88 para 2017.

Reduzir sua dívida permanecerá sendo o foco da Rio Tinto e de suas concorrentes, muitas das quais estavam lutando para elevar sua receita quando o boom das commodities da China entrou em colapso.

A dívida líquida das seis principais mineradoras diversificadas do mundo caiu para um total de US\$ 89 bilhões em 2016 ante US\$ 110 bilhões no ano anterior, e deve ser reduzida para US\$ 70 bilhões até o fim de 2017, prevê o banco Credit Suisse.

As mineradoras também não querem extrapolar [no pagamento de dívidas e dividendos] porque começam a dar atenção também ao crescimento. A Rio Tinto já

está avançando em empreendimentos de minério de ferro e bauxita na Austrália e em uma mina de cobre na Mongólia.

“É um ato de equilíbrio”, diz Ivory, da Deloitte.

Apesar disso, as mineradoras já percorreram um longo caminho desde o início sombrio de 2016, quando os preços estavam atingindo um nível que executivos do setor descreviam como um cenário do apocalipse.

E isso criou um sentimento de esperança entre os analistas: “2016 foi o ano de recuperação da demanda e de melhora de resultados e 2017 deve ser o ano em que as mineradoras começarão a compensar os investidores pelos cinco duros anos de desempenho inferior através de dividendos mais elevados em dinheiro e de maior disciplina de capital”, afirmou o Credit Suisse.

Paraná aumenta em 11% número de empresas ativas em 2016

08/02/2017 – Fonte: Agências do Notícias Governo do Paraná



Mesmo com a recessão, o número de empresas ativas cresceu no Paraná em 2016. O Estado encerrou o ano passado com 1,3 milhão de empresas em atividade, 10,73% mais do que as 1,18 milhão registradas em 2015. No ano passado, o Paraná era o quinto Estado com maior número de companhias em operação, com 6,63% do total de 19,7 milhões de empresas ativas no País.

Os dados são do Empresômetro, plataforma desenvolvida pelo Instituto de Planejamento e Tributação (IBPT) e que projeta em tempo real o número de empresas com registro ativo no País.

Entre as cidades com maior número de empresas ativas no Estado estão Curitiba, com 23,7% do total, Londrina (5,88%), Maringá (4,92%), Ponta Grossa (3,12%) e Cascavel (3,06%).

O avanço do número de empresas ativas foi puxado principalmente pelos trabalhadores que abriram seus negócios por conta própria. O número de microempreendedores individuais (MEI) teve crescimento de 17,92%, com evolução de 572.925 em 2015, para 674.169 em 2016. no Paraná.

Para o economista Julio Suzuki Junior, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), muitas pessoas que perderam seus empregos com a crise econômica passaram a empreender, especialmente no setor de serviços.

Mas o crescimento do número de empresas ativas não é fruto apenas dos microempreendedores individuais. “O povo do Paraná é empreendedor por natureza. Os números mostram um avanço também no número de empresas de maior porte, como indústrias.

Esse é um dado positivo porque mesmo em um cenário adverso houve avanço nos números. A expectativa é que essas empresas possam crescer quando a economia começar sua retomada e ampliar a geração de empregos”, diz.

ABERTURA – O presidente da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Ardisson Akel, lembra que o número de empresas abertas no Paraná, sem contar os microempreendedores individuais, cresceu 3% em 2016 em relação ao ano anterior. Passou de 38.383, em 2015, para 39.481 em 2016.

O número de baixas de empresas, mesmo com a crise econômica, também registrou redução, de acordo com a Jucepar. Foram 40.354 companhias extintas, 3% menos do que as 41.645 que encerraram atividades no ano anterior.

SETORES - Entre os setores que mais cresceram em 2016 no Paraná, de acordo com o Empresômetro, os destaques foram o de serviços, com alta de 13,17% no número de empresas ativas, que encerrou o ano com 636.955 companhias, contra 562.815 no ano anterior.

O segundo setor com maior número de empresas ativas foi a indústria, com avanço de 10,43%, de 101.174 para 111.727. O volume de empresas ativas na área do agronegócio, por sua vez, aumentou 9,77%, de 27.114 para 29.764. As empresas que atuam no setor de comércio aumentaram 8,15%, de 464.738 para 502.634.

COMÉRCIO – As empresas do Estado estão espalhadas em diversos setores, mas em 2016 a atividade com maior número de empresas ativas no Estado era comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, com 5,97% de participação (77.796 empresas ativas).

Em segundo lugar estava o setor de lanchonetes, casas de chás e sucos, com 3,16% do total (41.228). Comércio varejista de mercadorias em geral, como minimercados, mercearias e armazéns ocupava o terceiro lugar, com 35.502, o que representou 2,72% do total.

O crescimento de 2016 também reflete a desburocratização do processo de abertura de empresas, de acordo com o presidente da Junta Comercial, Ardisson Akel. O programa Empresa Fácil Paraná, que integrou as informações entre os vários agentes envolvidos nas licenças, trouxe vantagens aos empresários e seus contadores, que não precisam mais se dirigir a diferentes órgãos e secretarias, já que o programa torna a Jucepar porta única de entrada de informações para o registro empresarial.

A Rede de Simplificação do Registro Empresarial (Redesim), operada no Estado pelo programa Empresa Fácil, já conta com 210 prefeituras integradas. Recentemente a Prefeitura de Curitiba anunciou que vai participar da rede. A meta, de acordo com Ardisson Akel, é integrar dados de todas prefeituras do Estado até o fim do ano.

Compreenda a polêmica Lei que muda o ISS

08/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

A Lei Complementar nº 157/2016, publicada em 30 de dezembro de 2016, reforma o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS, incluindo todos os serviços de streaming de áudio e vídeo, como Netflix e Spotify, que passarão a pagar o imposto, causando o aumento do valor das mensalidades cobradas dos usuários.

Em entrevista ao Portal Dedução, o advogado Evandro Grili, sócio do escritório Brasil Salomão e Matthes debate sobre a legitimidade da lei, uma vez que a disponibilização de mídia por streaming não se caracteriza como serviço, mas sim como cessão de uso, e outras controvérsias.

A partir de 1º de abril de 2017, quando a Lei Complementar nº 157/2016 entrar em vigor, a alíquota mínima do ISS será de 2%. Outra novidade é a

proibição para que o tributo seja objeto de benefícios e isenções fiscais. Qual sua opinião sobre este fato?

Inicialmente, é preciso fazer um esclarecimento. A LC nº 157/2016 já está em vigor, desde que publicada. A LC 157 não cria tributo. Ela estabelece competência para os municípios criarem e cobrarem o ISS sobre os serviços de streaming. Sendo assim, não está sujeita ao princípio ao prazo de 90 dias da regra da anterioridade. Para que esses tributos sejam cobrados, cada um dos municípios brasileiros precisa criar suas respectivas leis municipais.

Estas leis municipais é que estão sujeitas ao princípio da anterioridade. E, nessa linha, para exigir tributo, uma lei nova (no caso municipal, porque estamos falando de ISS, precisa atender a: primeiro, ser publicada no exercício anterior ao que se pretende cobrar; segundo, aguardar prazo de vigência de 90 dias (anterioridade nonagesimal). Assim, aqueles municípios que quiserem começar a cobrar o novo tributo em 1º de janeiro de 2018 precisam aprovar a lei ainda em 2017, até o dia 30 de setembro de 2017.

A proibição de isenções pela LC é uma novidade?

Sim, isso é uma novidade apenas em nível de legislação infraconstitucional. Contudo, a Constituição já prevê claramente que a alíquota mínima deveria ser de 2%. Ou seja, a Constituição já sinalizava, para o ISS, que não poderia haver isenções, ou cobranças menores do que 2%.

De qualquer forma, é, sim, um reforço à redução da guerra fiscal. Mas, particularmente, entendo que a lei não fechou todas as portas. Não há proibições, por exemplo, para alguns serviços, de se permitir reduções de base cálculo, ou menos de deduções de custos de materiais usados na prestação de serviços, etc. Isso, se tratado pela legislação dos municípios, pode reduzir a carga tributária e iniciar um novo foco de guerra fiscal.

O ISS de streaming é um tributo inconstitucional?

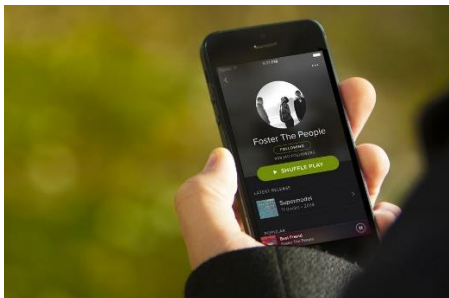
Particularmente, entendo que esse ISS sobre streamings é um tributo inconstitucional, que nem mesmo pode ser cobrado. Explico: Os serviços caracterizam-se, normalmente, por prestações de obrigações de fazer. Por exemplo, quando eu vou a um cabeleireiro pra cortar o cabelo, ele usa a sua habilidade técnica para me atender, dentro daquilo que eu quero e encomendo a ele.

O serviço tem esse caráter personalíssimo da obrigação de fazer, em que eu encomendo algo que me é pessoal e que serve a mim e não a outro. Quando contratamos empresas como Netflix ou Spotify, essas empresas não estão obrigadas a nos prestar uma obrigação de fazer. Mas sim estão obrigadas a nos prestar uma obrigação de dar.

No caso específico destes streamings, eles nos "dão", por meio de cessão de direitos, o acesso a conteúdos de vídeos e música, que negociaram junto aos titulares destas obras cinematográficas ou musicais. É típica obrigação de dar, que não se caracteriza como serviço.

O Supremo Tribunal Federal – STF, tempos atrás, ao julgar o ISS que se pretendia cobrar da locação de bens móveis, adotou essa premissa e disse que o tributo era indevido e não poderia ser cobrado. Até chegou a editar a Súmula Vinculante no 31, que veda a cobrança de ISS sobre a locação de bens móveis, justamente, porque se tratavam de obrigação de dar e não de obrigações de fazer.

Se o STF usar a mesma premissa, caso seja provocado a decidir a questão, pode ser que também o ISS sobre streamings seja considerado inconstitucional. É o que acreditamos que vá acontecer. Mas, para que isso ocorra é necessário que os streamings contestem a cobrança na Justiça. Se eles aceitarem a tributação, sem questioná-la judicialmente, o Judiciário nem mesmo vai se manifestar sobre o assunto e o imposto acaba se tornando "devido", até que alguém resolva questionar.



O artigo 8ºA da lei determinou a regra geral a ser seguida pelos municípios e pelo Distrito Federal da alíquota mínima de 2% para o ISS. Isso significa que não poderá haver por parte destes entes a edição de legislação que preveja alíquota inferior. Com essa legislação, o senhor acredita que findará a guerra fiscal entre os municípios, que diminuem a taxa de ISS para atrair mais empresas para a localidade?

Essa previsão já existia na LC nº 116/2003, que sofreu alterações pela LC nº 157/2003. O marco regulatório do ISS ainda é a LC nº 116, agora com as alterações promovidas pela LC nº 157.

Sem dúvida que essa é uma boa medida para se evitar a guerra fiscal. Até porque, na prática, os municípios todos acabam "nivelando por baixo" e fixando a alíquota no patamar mínimo de 2%, justamente para evitar a fuga de empresas de seu território. De qualquer forma, como já mencionamos na resposta anterior, ainda há outros caminhos para redução da carga tributária e brechas para guerras fiscais entre cidades vizinhas.

Essa regra do ISS é absoluta ou será permitido conceder isenções para alguns setores?

Não será permitido. Se o serviço estiver descrito na Lista Anexa da LC nº 116/2003, com as alterações promovidas pela LC nº 157, os municípios deverão tributar com alíquotas que podem variar entre 2% e 5%, sem qualquer possibilidade de isenção tributária daqueles serviços cujo ISS pode ser cobrado.

A matéria impõe ainda alíquota mínima de 2% sobre o valor de serviços de plataforma de streaming, como Netflix, Spotify e HBO Go, por exemplo, e a cobrança de ISS sobre os conteúdos de áudio, imagem, vídeo e texto por meio da internet. Há possibilidades de esses aumentos serem repassados para o consumidor?

Sim, se o imposto for cobrado dos streamings e eles resolverem pagar, sem fazer nenhum questionamento da cobrança junto ao Poder Judiciário, é muito provável que os valores cobrados serão repassados aos consumidores assinantes destes streamings. É uma regra de mercado. Aumentam os custos tributários, o preço sobe...

As cobranças das taxas de ISS poderão variar de acordo com cada município? Isso pode gerar polêmica?

A regra é de que a alíquota seja de, no mínimo, 2%, e, no máximo, 5%. Dentro destes patamares cada município tem liberdade para fixar a sua alíquota, por meio de suas

leis municipais específicas. O que vai acontecer é que as empresas, certamente, vão fixar seus domicílios em cidades que cobrem o patamar mínimo.

No Brasil há mais de cinco mil municípios e todos estão ávidos por receita tributária, ainda mais em tempos de crise como estes que estamos vivenciando. Com essas novas regras, pode haver uma crescente tensão entre entes públicos e contribuintes?

Toda vez que se cria um novo tributo, há sempre um ponto de tensão entre o fisco e o contribuinte. A primeira coisa a fazer é verificar se esse tributo é constitucional, se é devido etc. Afinal, é tradição em nosso País a criação de vários tributos que depois foram declarados inconstitucionais pelo Judiciário.

Um estudo da Confederação Nacional de Municípios – CNM estima que as novas regras podem garantir uma arrecadação extra de R\$ 6 bilhões aos municípios. Qual sua opinião sobre isso?

Olha, francamente, não conheço o estudo. Mas se estivermos falando só de streamings de vídeos, imagens, música e textos, francamente, acho que os valores estão superestimados. R\$ 6 bilhões de arrecadação, levando em conta uma alíquota de 2% (que deve ser a tendência adotada pela esmagadora maioria dos municípios) significa um movimento de assinaturas de quase R\$ 300 bilhões de reais.

É como disse, não conheço o estudo, mas não creio que ainda tenhamos um movimento anual desse porte nesse setor da economia. Isso, sem contar que novas tecnologias surgem em todo momento, modificando e barateando os custos deste tipo de assinatura, o que pode gerar até uma redução do valor total do mercado, e, conseqüentemente, reduções de arrecadação. Enfim... Vamos ter que aguardar um pouco mais para fazer estas estimativas.

Os municípios terão um ano para revogar normas que contrariem a reforma do ISS. Este prazo é adequado?

Não vejo que os municípios tenham, obrigatoriamente, que revogar normas que contrariem a Lei Complementar no 157 ou mesmo a LC nº 116/2013. Estas normas, por si só, já estão revogadas se contrariarem a Lei Complementar do ISS. É uma regra de direito, a revogação tácita, que se aplica aqui. De qualquer forma, o prazo de um ano seria sim adequado, caso algum município queira revogar expressamente dispositivos que não se coadunam mais com a legislação complementar vigente sobre a matéria.

A nova lei proíbe a concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros, inclusive redução da base de cálculo ou crédito presumido. Na prática, isso é bom ou ruim para a sociedade, de forma geral?

É interessante, porque reduz possibilidades de guerra fiscal. Contudo, como já disse, ainda há brechas para, em alguns tipos de serviços sujeitos ao ISS, haver mecanismos de redução da carga tributária, por meio de deduções, por exemplo.

Bem sujeito à tributação de ganho de capital poderá ser atualizado com alíquota menor

08/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

O contribuinte poderá apresentar, até 30 de novembro deste ano, uma declaração específica na qual seus bens e direitos serão avaliados pelo valor de mercado com base no dia 31 de dezembro de 2016. Esse é o teor do primeiro projeto (PLS 1/2017) apresentado no Senado em 2017.

Do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o texto estabelece que a diferença entre o custo de aquisição do bem ou direito de qualquer natureza e seu valor de mercado atualizado ficará sujeito à incidência do Imposto de Renda, com alíquota única de 10%, a título de ganho de capital. O valor deverá ser pago até o último dia útil do mês seguinte em que a declaração for apresentada.

Flexa lembra que algumas operações de alienação ou transferência de bens e direitos, tais como imóveis e resgate de aplicações financeiras, estão sujeitas à apuração de ganho de capital. Ele aponta, porém, que na lei atual não há qualquer previsão legal para a atualização do custo de aquisição de bens e direitos a preço de mercado.

Na visão do senador, a medida seria benéfica para a União, que aumentaria a arrecadação a curto prazo por meio da antecipação de receita, e também para os contribuintes, que poderiam se valer de uma alíquota reduzida para o reajuste do custo de aquisição. Flexa destaca que a alíquota proposta, de 10%, é inferior à que seria devida em eventual e futura operação de venda – que poderia variar entre 15% e 22,5%.

Ele acrescenta que a proposta também beneficiaria os outros entes da Federação, já que a Constituição de 1988 estabelece que a União deve entregar 46% da arrecadação do Imposto de Renda para estados e municípios.

A proposta foi encaminhada para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa. Se aprovada, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para votação do texto pelo Plenário do Senado.